

MESTRADO
ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

**ANÁLISE DINÂMICA DA POBREZA DAS CRIANÇAS E DOS JOVENS EM
PORTUGAL**

RITA FIGUEIRA GORGULHO SANTOS

2015

MESTRADO EM ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO DISSERTAÇÃO

**ANÁLISE DINÂMICA DA POBREZA DAS CRIANÇAS E DOS JOVENS EM
PORTUGAL**

RITA FIGUEIRA GORGULHO SANTOS

ORIENTAÇÃO:

CARLOS ALBERTO FARINHA RODRIGUES

2015

Agradecimentos

Queria agradecer a todos os que contribuíram e me apoiaram na realização desta dissertação.

Em primeiro lugar, ao Professor Doutor Carlos Farinha Rodrigues, pela disponibilidade para me orientar, pelo apoio, sugestões e pelo seu profundo conhecimento das questões relacionadas com o tema que me propus a investigar.

Ao Instituto Nacional de Estatística (INE) pela cedência da base de dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) que me permitiu concretizar a análise empírica desta dissertação e, sem a qual este trabalho não teria sido possível.

Aos meus colegas de mestrado, que me acompanharam neste processo.

Aos meus amigos, pela sua paciência e incentivo constantes prestados ao longo deste processo.

Por fim, todo o meu profundo agradecimento aos meus pais e irmã pela compreensão, carinho e força incondicional.

A todos, o meu muito obrigado.

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo analisar e caracterizar a extensão e persistência da pobreza das crianças e jovens em Portugal. A análise sob a perspetiva estática é efetuada utilizando-se os dados do EU-SILC para o período 2008-2013, recorrendo-se ao indicador social risco de pobreza e exclusão social, definido no âmbito da Estratégia Europeia 2020, procurando captar a natureza multidimensional deste fenómeno. No âmbito da análise longitudinal analisam-se o número de anos que as crianças e jovens permaneceram em situação de pobreza monetária e em privação material, no período de 2009 a 2012. Para esta análise recorre-se ao indicador de risco de pobreza persistente definido como a proporção de indivíduos com rendimento equivalente abaixo do limiar da pobreza no ano corrente e, em pelo menos dois dos três anos anteriores. De forma análoga a este indicador, define-se o risco de privação material persistente para o estudo da privação numa perspetiva temporal. Neste ponto utilizam-se os microdados incluídos no inquérito às Condições de Vida e Rendimentos (ICOR) do INE, disponibilizados para o período de 2009-2012.

O estudo deste tema, em Portugal, nesse período, ganha especial relevância no contexto da crise financeira, económica e social, num clima de austeridade que coloca importantes desafios no domínio das Políticas Públicas. Os resultados obtidos demonstram que no contexto Europeu, as crianças e jovens portuguesas apresentam um risco de pobreza e exclusão social acima da média comunitária. Ao nível nacional, as crianças e os jovens tem sido o grupo etário mais afetado pela pobreza assim como pela permanência nesta situação. Identificaram-se alguns grupos de crianças e jovens especialmente vulneráveis à pobreza e exclusão social: as mais velhas, as que se inserem em famílias numerosas, as que vivem em agregados com baixa intensidade laboral e com baixos níveis de educação.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza; Privação Material; Exclusão Social; Crianças e Jovens.

Abstract

This thesis aims to analyze the extent and persistence of child poverty in Portugal. With regard to the cross-sectional analysis, we use the data from the EU statistics on income and living conditions (EU-SILC) for the period 2008-2013, using the social indicator - at risk of poverty or social exclusion, defined within the European 2020 strategy. In a dynamic perspective, is analyzed the number of years that children remained in income poverty and material deprivation, from 2009 to 2012. We focus on the persistent at-risk-of-poverty rate, one of the main indicators to monitor poverty and living conditions in Europe. Eurostat defines it as the share of individuals living in households where the equivalised disposable income is below the at-risk-of-poverty threshold for the current year and at least two out of the preceding three years. In an analogous way to the persistent risk of poverty, we defined persistent risk of material deprivation. At this part, we used the longitudinal data from Survey on Income and Living Conditions, from Statistics Portugal, available for the period 2009-2012.

The study of this subject in Portugal during this period is especially relevant in the context of economic, financial and social crisis, which poses significant challenges for Public Policy. The results obtained prove that in the European context, the Portuguese children present a risk of poverty or social exclusion above the EU average. At the national level, children have been the age group most affected by poverty as well as the permanence in this situation. Were identified some groups of children particularly vulnerable to poverty and social exclusion: the older children, those who living in large families, in households with low work intensity and with low education levels.

KEYWORDS: Poverty; Material deprivation; Social Exclusion; Children.

Índice

1. Introdução.....	1
2. Revisão da Literatura	2
2.1. Principais Abordagens da Pobreza das Crianças e dos Jovens	2
2.2. Consequências da Pobreza na vida das Crianças e dos Jovens	4
2.3. Abordagem Dinâmica: A consideração da dimensão temporal na análise da pobreza.....	6
2.4. Diferentes Abordagens na Análise Dinâmica da Pobreza	7
3. Situação Atual das Crianças e dos Jovens em Portugal e na Europa	10
3.1. A Política Social Europeia no Combate à Pobreza e Exclusão Social	10
3.1.2. Informação Estatística: <i>European Statistics of Income and Living Conditions</i> (EU-SILC)	11
3.2. Evolução da Pobreza das Crianças e Jovens na União Europeia e em Portugal ..	11
3.2.1 Risco de Pobreza Monetária.....	14
3.2.2.Privação Material.....	16
3.2.3. Baixa intensidade de Trabalho	18
3.2.4. Crianças e Jovens em Risco de Pobreza e Exclusão Social em Portugal	19
3.3. Caracterização das Crianças e Jovens em situação de Pobreza e Exclusão Social...	20
3.3.1. Composição do Agregado Familiar	20
3.3.2.Educação dos Membros do Agregado Familiar	21
3.3.3.Condições de Habitação	22
3.3.4. Transferências Sociais	24
4. Análise da Persistência da Pobreza das Crianças e Jovens em Portugal	25
4.1. Natureza dos Dados e Opções de Análise.....	25
4.2. Persistência da Pobreza das Crianças e Jovens	26
4.3. Persistência da Privação Material das Crianças e Jovens	30
5. Conclusões: Que ilações para a Política Social?.....	33
Anexos	41

Índice de Figuras

<i>Figura 1- Taxa de Risco de Pobreza e Exclusão Social das Crianças e Jovens (%), UE-28, 2013.....</i>	<i>13</i>
<i>Figura 1- Número de Crianças e Jovens em Risco de Pobreza e Exclusão Social por dimensões, Portugal, 2013.....</i>	<i>20</i>

Índice de Tabelas

<i>Tabela I-- Distribuição dos indivíduos pelo número de anos em situação de Pobreza, 2009-2012.....</i>	<i>28</i>
<i>Tabela II-Proporção de indivíduos em situação privação material em 2009 e 2010 em relação á sua situação em 2011 e 2012.....</i>	<i>31</i>

1. Introdução

A redução da pobreza das crianças e dos jovens continua a ser um grande desafio para a maioria dos países da União Europeia (UE) quer pela sua dimensão, duração como pelas suas implicações para quem vivencia esta situação assim como para a sociedade. Em Portugal, no ano de 2013, cerca de 32% da população com menos de 18 anos vivia em situação de pobreza e exclusão social. Um número preocupante tanto mais que é bastante superior à mesma taxa apurada para o total da população portuguesa (27,5%), assim como à média da UE (27,7%) para este grupo etário. Quando olhamos para o risco de persistência da pobreza e persistência em situação de privação material, em 2012, 14,9% e 27,7%, respetivamente, das crianças e jovens que estavam nestas situações nesse ano já o haviam sido em pelo menos 2 dos 3 anos anteriores, o que revela uma situação ainda mais assustadora. O grupo etário das crianças e jovens apresentou sempre números inquietantes, mas a tendência para o agravamento da pobreza entre as crianças e jovens aumentou muito desde 2010, contrariando a tendência de redução da pobreza que se vinha a verificar desde 2005.

A crise financeira, económica e social que atingiu toda a Europa, fez piorar significativamente as condições de vida da população europeia, e os seus efeitos prolongados, em Portugal, fruto, sobretudo das medidas de austeridade implementadas que afetaram severamente o bem-estar das crianças e jovens e das suas famílias.

As crianças e jovens são especialmente vulneráveis aos efeitos da pobreza, desde logo pela sua dependência em relação às suas famílias, quer económica quer social, mas também pela fase da vida em que se encontram. Neste último, contexto a vivência em situação de pobreza tem efeitos nocivos sobre o bem-estar destas não só no presente, mas também no futuro. Estas desvantagens refletem-se num menor aproveitamento escolar e consequentemente em menores perspetivas de emprego, piores condições de saúde e habitação assim como em dificuldades em manter uma vida social saudável.

O presente trabalho tem como objetivo central analisar, quantificar e caracterizar a extensão e persistência da pobreza das crianças e jovens em Portugal. Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos. No capítulo 2, que precede este capítulo introdutório, pretende-se sintetizar as diversas abordagens da pobreza das crianças e jovens, salientando, sobretudo o seu carácter de complementaridade. Analisam-se

também as consequências da pobreza para a vida das crianças e jovens. Ainda neste capítulo são discutidas as vantagens de complementar a análise estática com uma perspetiva dinâmica, sublinhando algumas das suas aplicações. No capítulo 3 é feita uma análise da situação da pobreza das crianças e dos jovens na UE e em Portugal, nos últimos anos, recorrendo ao indicador definido no âmbito da Estratégia Europeia 2020 – Taxa de Risco de Pobreza e Exclusão Social. No Capítulo 4 realiza-se uma análise longitudinal da pobreza e da privação material das crianças e jovens, a partir da base de dados longitudinal do ICOR, para os anos 2009 a 2012, de modo a aferir as trajetórias de pobreza e as características associadas a uma maior duração nestas situações. O capítulo final parte precisamente das conclusões empiricamente fundamentadas, para uma reflexão crítica e compreensiva dos grandes desafios que se colocam na luta contra a pobreza e exclusão social das crianças e jovens, em Portugal.

2. Revisão da Literatura

2.1. Principais Abordagens da Pobreza das Crianças e dos Jovens

A pobreza das crianças e jovens é um fenómeno inerente ao da pobreza em geral, no entanto, apresenta especificações próprias e uma diversidade de consequências que justificam o seu estudo. Estas apresentam maior risco de pobreza comparativamente aos restantes grupos da população, independentemente do tempo e do lugar em que habitam. Como agentes económicos dependentes, estão sujeitas principalmente aos recursos dos pais, famílias e comunidades no que respeita à satisfação das suas necessidades básicas. Crescer na pobreza acarreta consequências para o presente e futuro das crianças e jovens como a maior probabilidade de se manterem nesta situação ao longo das suas vidas. (Begum, 2012; Roelen & Gassmann, 2008)

Bastos (1999) refere que “as diversas formas de manifestação do problema da pobreza nas crianças e jovens não oferecem grandes dúvidas. A questão coloca-se ao nível da definição de “pobreza infantil”, ou seja, da conceptualização do fenómeno”. A partir das diferentes perceções do que se entende por pobreza, deduzem-se diferentes formas de identificação da população pobre e, consequentemente diferentes escolhas do conteúdo económico utilizado para a sua caracterização na formulação dos indicadores e medidas utilizadas. Como refere Costa (2008) “A complexidade do fenómeno explica a diversidade em que o mesmo pode e tem vindo a ser definido. Cada definição privilegia aspetos que mais relevantes parecem ou mais diretamente interessam ao autor.

Por isso, na maioria parte dos casos, não serão definições alternativas, mas complementares.”

Assim, não existe uma abordagem uniforme da pobreza das crianças e dos jovens entre os diversos países, organizações internacionais e organizações não-governamentais (ONG's). No entanto, as várias abordagens podem ser genericamente agrupadas em três categorias: abordagem monetária; abordagens multidimensionais; e, abordagem sociopolítica ou baseadas nos direitos humanos. (Expert Advisory Group on Solutions to Child Poverty, 2012)

A abordagem monetária da pobreza centra-se na utilização de uma única variável, geralmente o rendimento, como indicador relevante para avaliar a posição das crianças em termos de bem-estar face a um nível mínimo de bem-estar estabelecido para cada sociedade¹. Segundo esta perspetiva uma criança ou jovem é considerado pobre caso esteja incluído num agregado familiar pobre, ou seja, com um nível de rendimento disponível abaixo do limiar definido. Este tipo de abordagem persistiu durante décadas como a principal forma de conceptualizar a pobreza das crianças e jovens.

O reconhecimento de que a situação de pobreza remete para outras dimensões para além da escassez de rendimentos originou o aparecimento de várias abordagens que compreendem análises multidimensionais da pobreza, como refere Bastos (1999) a “pobreza é um fenómeno pluridimensional que não se confina nem se esgota na escassez de recursos monetários.” A abordagem multidimensional reconhece que a pobreza é um problema complexo e multifacetado que abrange várias dimensões da vida das crianças e jovens como o acesso a serviços de saúde, educação, oportunidades, e condições de habitação. Neste sentido, a utilização deste tipo de abordagens tem sido preferida por organizações internacionais para estudar o fenómeno da pobreza. Ao nível nacional e da UE, a fonte estatística utilizada para analisar a situação de pobreza da população e também das crianças e jovens permite, por um lado, uma análise unidimensional assente nos recursos económicos e, por outro lado, uma análise multidimensional através de um conjunto de indicadores sobre o bem-estar dos indivíduos e agregados familiares.

¹ Nos países desenvolvidos esta abordagem é concebida em termos relativos, ou seja, tem como referência o padrão de vida dominante da sociedade, nos países em desenvolvimento a pobreza é definida em termos absolutos sem qualquer referência ao modo de vida dominante na sociedade.

O conceito de pobreza subjetiva² também tem vindo a ser incorporado em algumas análises da pobreza das crianças e dos jovens. Bradshaw, Hoelscher, & Richardson (2007) procederam à construção de um índice de bem-estar infantil, assente em oito dimensões da vida das crianças e jovens: bem-estar material, habitação, saúde, educação, comportamentos de risco e segurança, relacionamento com a família e com outras crianças, participação na sociedade e, bem-estar subjetivo. A consideração desta última dimensão, como dimensão autónoma, representa uma tentativa de centrar mais diretamente a atenção na perceção das crianças e jovens quanto ao respetivo bem-estar, refletindo o papel ativo destas na construção do seu próprio bem-estar.

Por último, a abordagem da pobreza baseada nos direitos humanos tem emergido como o principal instrumento no estudo da pobreza das crianças e jovens por parte da UNICEF e ONG's internacionais. A Convenção dos Direitos das Crianças das Nações Unidas (1989) enuncia um amplo conjunto de direitos fundamentais, nomeadamente direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais. Esta abordagem possibilita uma análise do bem-estar das crianças e jovens, baseados nos princípios definidos na Convenção: a não discriminação, a proteção do superior interesse das crianças, direitos à vida, sobrevivência e desenvolvimento e, o respeito pela opinião das crianças. Esta visão implica que as decisões políticas se devam focar especificamente nas suas necessidades, reforçando o papel dos governos no combate contra a pobreza. Minujin et al. (2006) refere que a abordagem da pobreza baseada nos direitos humanos é essencialmente sobre o *empowerment* dos pobres, assim a existência de direitos legalmente definidos confere ao indivíduo o poder de reivindicar junto dos governos as medidas necessárias para combater a pobreza e melhorar a sua vida. Isto significa que a redução da pobreza deixe de ser uma obrigação moral para passar a ser uma obrigação legal exigindo o respeito dos princípios estabelecidos e assumidos na convenção de direitos humanos.

2.2. Consequências da Pobreza na vida das Crianças e dos Jovens

Wagmiller Jr. & Adelman (2009) e Brooks-Gunn & Duncan (1997) demonstram que crescer na pobreza acarreta grandes implicações para o presente e futuro das

² A abordagem subjetiva assenta na opinião dos indivíduos a respeito do seu grau de privação relativamente à situação considerada razoavelmente desejável em termos de bem-estar.

crianças e dos jovens, assim como elevados custos para a sociedade. As crianças que vivem em situação de pobreza tem, em geral, menor aproveitamento escolar, menor perspectiva de emprego futuro, piores condições de saúde e de habitação, maior dificuldade em manter uma vida social saudável comparativamente com as crianças e jovens que não se encontram nesta situação. Para, além disto, podem ser apanhadas num círculo vicioso de pobreza e exclusão social que acaba por perpetuar o problema transmitindo-o de geração em geração. (Mayer 2010; Moore, Burkhauser, Mbwana, & Collins, 2009).

A fase da infância em que as crianças e jovens estão expostos à pobreza, a duração e intensidade desta situação são fatores importantes quando se considera os efeitos da pobreza nas suas vidas. Duncan & Magnuson (2011) referem que a pobreza vivenciada nos primeiros anos de vida é especialmente gravosa ao nível do desenvolvimento cognitivo o que se reflete em piores resultados escolares. Quanto mais tempo as crianças e jovens estiveram expostos à pobreza, piores são os danos e maior será a probabilidade de privações na idade adulta. A este propósito Moore et al.(2009) referem que os indivíduos que vivenciaram uma situação de pobreza de longa duração enquanto crianças tem maior probabilidade de se encontrarem novamente nessa situação em comparação com aqueles que nunca foram pobres durante a sua infância.

A pobreza das crianças e jovens têm também impactos negativos na sociedade. Hirsch (2006) analisa a relação entre os custos “internos” de não combater a pobreza e os custos “externos” daí decorrentes. Os custos “internos” traduzem-se nas consequências imediatas e futuras para as crianças e jovens decorrentes de estarem em situação de pobreza; os custos “externos” referem-se às consequências da pobreza para a sociedade. Estes últimos custos estão relacionados com o aumento da despesa pública em serviços de saúde e educação, aumento das transferências sociais destinadas a indivíduos e famílias carenciadas e, a diminuição das receitas públicas provenientes de impostos.

A ligação entre a pobreza familiar e a pobreza das crianças e dos jovens indica que esta condição é frequentemente transmitida de geração em geração. No entanto, esta associação não resulta apenas da incapacidade financeira dos pais em investirem nos seus filhos, existem outras características, ao nível do agregado familiar, que estão na origem de algumas dessas consequências negativas. Estas características incluem a monoparentalidade, baixas qualificações e desemprego dos pais, e também o ambiente

onde vivem. Assim, nem todas as crianças e jovens pertencentes a famílias pobres são necessariamente pobres em adultas. (Mayer, 2010)

A combinação de transferências monetárias para as famílias, programas sociais corretamente formulados e implementados e o acesso a serviços de educação e de saúde de qualidade podem ajudar a diminuir os efeitos negativos da pobreza na vida destas. Mayer (2010) refere que as políticas implementadas para a redução das consequências da pobreza nas crianças e jovens têm de ter também como objetivo o combate das causas da pobreza dos pais. A combinação de estratégias que aumentam o nível de emprego dos pais em conjunto com transferências que aumentem o rendimento das famílias são importantes para reduzir a pobreza. (Duncan & Magnuson, 2011)

2.3. Abordagem Dinâmica: A consideração da dimensão temporal na análise da pobreza

Muitos estudos sobre a pobreza das crianças e dos jovens centram-se numa abordagem estática, feita ano a ano. Este tipo de análise é importante na medida em que informa sobre as características das crianças que vivem em situação de pobreza. No entanto, nos últimos anos, a introdução de uma dimensão temporal, na análise da pobreza, tem ganho crescente importância, sendo esta metodologia cada vez mais utilizada entre os investigadores e instituições de produção estatística, na descrição do fenómeno da pobreza e da exclusão social. Deste modo a pobreza passa a ser encarada como um processo verificado num decurso de tempo, em vez de um fenómeno estático medido num único ano. (Costa, 2008) Esta perspetiva dinâmica da pobreza permite observar as diferentes trajetórias de cada indivíduo na pobreza, complementando a análise feita ano a ano baseada nas três dimensões estáticas: incidência, intensidade e severidade. A preocupação já não é a identificação dos grupos sociais mais vulneráveis à pobreza, nas suas dimensões tradicionais, mas também a identificação da variabilidade dos diferentes perfis dentro da população pobre. (Nunes, 2004)

Bradbury, Jenkins, & Micklewright (2000) justificam a importância de se considerar a dimensão temporal para explicar as taxas de pobreza das crianças e dos jovens verificados num determinado ano. A situação das crianças perante a pobreza é fruto do seu percurso passado nessa situação, tanto no que respeita ao número de anos como à sua severidade. Os impactos da pobreza nas condições de vida das crianças e jovens repercutem-se para além da sua infância condicionando o seu desenvolvimento e oportunidades futuras. Para a definição de políticas sociais destinadas ao combate da

pobreza é necessário perceber os fatores que estão a influenciar a taxa de pobreza infantil num determinado momento, privilegiando as políticas que se destinem a prevenir a entrada na pobreza e a promoção da saída em vez das que apenas se limitam a conceder benefícios sociais para os indivíduos que se encontram abaixo da linha de pobreza nesse ano.

Assim, ao olhar para a pobreza ao longo do tempo, é possível distinguir entre os diferentes estados de pobreza, incluindo a pobreza temporária, intermitente e persistente. Distinguir a população pobre de acordo com a sua experiência temporal na pobreza constitui uma dimensão importante para a análise longitudinal, ainda mais importante devido ao facto da prevalência deste fenómeno estar sobre representado quando medido de forma estática. Segundo Ellwood & Bane (1983) apenas uma pequena proporção de indivíduos que entram para a pobreza, num determinado ano, irão permanecer nesta situação durante muito tempo. No entanto, a maior parte dos indivíduos que sofre um processo de empobrecimento de longa duração tende a ser sistematicamente captado na taxa de pobreza num determinado momento de observação. A este propósito Nunes (2005) refere que apesar da baixa proporção de pobres persistentes presentes na taxa de pobreza estática, apresentada pela generalidade dos países desenvolvidos, em Portugal tal não acontece, sendo a incidência dominada por pobres crónicos, ou seja, de longa duração.

Corcoran & Chaudry (1997) afirmam que as primeiras conclusões que se podem retirar da análise longitudinal são: que a pobreza na infância é um risco difundido e, que a experiência das crianças na pobreza é diversa. Existem, essencialmente, duas vias que justificam a pobreza das crianças e dos jovens no longo-prazo, ou porque grande parte da sua infância foi passada em situação de pobreza, ou porque os períodos, em que estiveram fora desta situação, foram muito curtos.

2.4. Diferentes Abordagens na Análise Dinâmica da Pobreza

Existem, essencialmente, quatro abordagens da dinâmica da pobreza encontradas na literatura: análise da mobilidade dos rendimentos, perfis de persistência na pobreza, descrição dos fluxos de entrada e saída e, duração dos períodos na pobreza. Ambas estas abordagens são complementares entre si, no entanto, não é visível a utilização conjunta destas quatro abordagens num trabalho de investigação. (Nunes, 2004)

Na literatura nacional, a utilização da abordagem dinâmica no estudo da pobreza das crianças e dos jovens ainda não está muito generalizada. O contributo do trabalho de Bastos & Nunes (2009) assenta na investigação da extensão e persistência da pobreza das crianças e jovens em Portugal entre os anos de 1995 e 2001, utilizando os dados do Painel dos Agregados Domésticos Privados (ECHP). Neste estudo são utilizadas duas abordagens: a perspetiva monetária baseada no rendimento monetário das famílias; e a perspetiva não monetária assente num índice de privação material. Enquanto a abordagem monetária permite investigar as implicações do baixo rendimento no bem-estar das crianças, a perspetiva da privação informa-nos acerca das condições de vida, justificando-se assim a utilização conjunta destas duas abordagens. Os resultados mostram que as crianças e os jovens são um grupo particularmente vulnerável à pobreza tanto em termos de rendimento como de privação. Esta vulnerabilidade apenas é superior no subgrupo dos idosos. O desemprego nos elementos do agregado familiar e a inserção das crianças e jovens em famílias numerosas ou monoparentais são os fatores determinantes na entrada e permanência nesta situação.

Jenkins et al. (2000) ao compararem as trajetórias de entrada e saída da pobreza das crianças e jovens no Reino Unido e Alemanha, entre 1992 e 1997, concluem que são as crianças e jovens que têm maior probabilidade de passar períodos mais longos em situação de pobreza comparativamente com o total da população. As crianças inseridas em agregados familiares monoparentais e em agregados com membros desempregados são as que passam mais anos na pobreza. Do ponto de vista do *turnover*, são também as crianças inseridas em famílias monoparentais que apresentaram uma fragilidade acrescida, uma vez que registaram uma maior taxa de entrada e uma menor taxa de saída, comparativamente com a média nacional de cada país. Corroborando a hipótese de que esta característica do agregado familiar está associada a uma maior duração em situação de pobreza nas crianças e jovens. A propósito desta constatação, Nunes (2004) refere que quanto mais “imóvel” for a população pobre (baixo *turnover*) maior será a componente relativa de pobres de longa duração na medição da taxa de pobreza num dado momento.

Ainda neste estudo, são analisados a ocorrência de vários acontecimentos, denominados por *trigger events*, de carácter económico e demográfico que estão associados às transições de pobreza – entradas e saídas na pobreza - num determinado período de tempo. Estes eventos não são mutuamente exclusivos, o que significa que

uma criança poderá vivenciar simultaneamente mais do um acontecimento. No que respeita aos eventos associados ao maior risco de entrada das crianças na pobreza, destacam-se a alteração do agregado familiar para famílias monoparentais e a perda de rendimento proveniente do mercado de trabalho, em situação oposta, ou seja, os eventos que estão fracamente associados à entrada em situação de pobreza relacionavam-se com a passagem de um emprego em regime *part-time* para uma situação de desemprego, por um dos membros do agregado familiar. Os acontecimentos que estavam ligados a uma maior probabilidade de saída da taxa de pobreza eram precisamente os contrários aos das taxas de entrada, alteração de um agregado familiar monoparental para um casal e aumento dos rendimentos provenientes do mercado de trabalho.

Em Nolan, Layte, Whelan, & Maître (2006) é analisada a dinâmica da pobreza das crianças e jovens irlandeses entre 1994 e 2001, utilizando duas perspetivas distintas, mas complementares. A primeira perspetiva centra-se na contagem do número de anos em situação de pobreza, ou seja, o número de vezes que as crianças e jovens se encontram abaixo do limiar da pobreza. Com base nesse número de anos são caracterizados os diferentes perfis temporais da pobreza³ e, posteriormente analisadas quais as características dos agregados familiares, observadas no ano inicial do período analisado, que estão relacionadas e que ajudam a prever a experiência temporal na pobreza. Na segunda perspetiva a análise é centrada no período de duração de pobreza (*poverty spell*) aferindo o impacto de diferentes características na probabilidade de saída da pobreza, concluindo que as crianças exercem uma influência negativa na probabilidade de um agregado familiar sair da pobreza, este impacto negativo decresce à medida que a idade da criança aumenta. Os autores justificam a utilização desta última perspetiva devido às limitações decorrentes da primeira perspetiva, a saber, o risco de “atrito” e as observações “censuradas”. O risco de atrito refere-se à perda de informação

³ Os perfis temporais da pobreza são definidos em categorias baseadas no número de anos em que as crianças e jovens se encontraram abaixo do limiar da pobreza definido como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente, classificando-as da seguinte forma: Persistentemente não pobres - crianças e jovens que nunca se encontraram abaixo do limiar da pobreza nos anos observados; Pobres transitórios - crianças e jovens que estiveram apenas uma vez abaixo do limiar de pobreza por um período inferior a um ano; Recorrentemente pobres - crianças e jovens que estiveram mais que uma vez abaixo do limiar de pobreza por um período inferior a dois anos; e, Persistentemente pobres - crianças e jovens que se encontraram abaixo do limiar da pobreza durante três ou mais anos.

resultante da saída de um indivíduo da amostra longitudinal, conduzindo a situações de não resposta. Por sua vez, as observações “censuradas” derivam do facto de não se saber o percurso na pobreza dos vários indivíduos, em anos anteriores e posteriores aos anos analisados.

3. Situação Atual das Crianças e dos Jovens em Portugal e na Europa

3.1. A Política Social Europeia no Combate à Pobreza e Exclusão Social

A inclusão social tem sido um ponto essencial nas políticas da UE, a Estratégia de Lisboa, aprovada em 2000, constituiu um passo importante no desenvolvimento da política social europeia. O objetivo primordial da política da UE nesta área é reduzir substancialmente o número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social enquanto se cria uma sociedade mais inclusiva. Ficou reconhecido na Estratégia de Lisboa que, para atingir este objetivo seria necessário não só a coordenação entre os Estados-Membros (EM), mas também um conjunto de indicadores que permitissem monitorizar o desempenho dos mesmos. Em 2000, o Conselho de Nice, introduziu o Método Aberto de Coordenação (MAC), permitindo aos EM desenvolverem as suas políticas sociais de modo progressivo, através da criação de linhas orientadoras comuns, da monitorização constante e do estabelecimento de indicadores qualitativos e quantitativos, permitindo uma posterior troca de experiências entre todos. No âmbito do Conselho Europeu de *Laeken* (2001) foram definidos um conjunto de 18 indicadores estatísticos agrupados em quatro grandes dimensões da inclusão social: pobreza monetária, emprego, saúde e educação. Com a entrada de novos EM, estes indicadores foram sendo complementados ao longo dos anos, de forma a refletir as diferentes condições de vida. A introdução dos indicadores de privação constituiu um importante passo nesse sentido.

O Conselho Europeu de 2010 aprovou a Estratégia Europeia 2020, que define cinco objetivos em termos de política social europeia, entre os quais a luta contra a pobreza e a exclusão social traduzida no objetivo de reduzir, pelo menos, em 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social. De maneira a monitorizar e avaliar os objetivos e metas comunitárias foi introduzido um novo indicador social - risco de pobreza ou exclusão social - que procura captar a natureza multidimensional da pobreza através da combinação de três indicadores já utilizados anteriormente. Assim, o número de pessoas em pobreza e risco de exclusão

social é definido de acordo com três indicadores: Taxa de risco de pobreza; Privação Material Severa e Taxa de muito baixa intensidade de trabalho. Considera-se que uma pessoa está em risco de pobreza e exclusão social quando se encontra em, pelo menos, uma dessas situações.

3.1.2. Informação Estatística: *European Statistics of Income and Living Conditions* (EU-SILC)

O EU-SILC é a fonte de referência para estatísticas referentes ao rendimento e à exclusão social na UE. Este inquérito foi implementado em 2004, substituindo o *European Community Household Panel* (ECHP). É realizado anualmente pelos vários EM sob a coordenação do *Eurostat*, com o objetivo de recolher informação relativa ao rendimento e condições de vida das famílias e dos indivíduos, com ênfase na comparabilidade de dados entre países da UE e na inquirição transversal e longitudinal ao rendimento e exclusão social. Em Portugal, o INE é a entidade oficialmente responsável pela recolha desta informação, sendo que denominam o EU-SILC por Inquérito às Condições de Vida e Rendimentos (ICOR).

3.2. Evolução da Pobreza das Crianças e Jovens na União Europeia e em Portugal

A crise económica e financeira que atingiu a União Europeia nos últimos anos fez piorar significativamente as condições de vida da população europeia. Os efeitos prolongados desta crise, especialmente nos países gravemente afetados, deveram-se, em grande parte, às medidas políticas implementadas durante este período. Em Portugal, as medidas de austeridade adotadas contrariaram a tendência de redução da pobreza das crianças e jovens que se vinha a verificar desde 2005. Entre 2005 e 2009, as alterações no nível de pobreza resultaram significativamente das medidas de combate à pobreza que permitiram o aumento dos recursos dos indivíduos e famílias com menores rendimentos. Desde 2010, o acesso a algumas prestações sociais destinadas à família ficou mais restrito, diminuindo não só o número de famílias beneficiadas assim como o montante recebido por estas, o que originou um agravamento das condições de vida da população em geral, e particularmente das crianças e jovens.

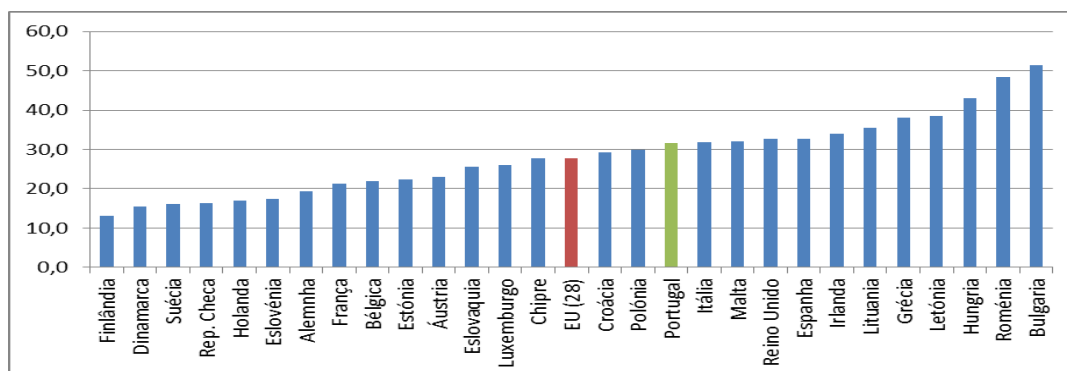
A pobreza relativa alterou-se consideravelmente em termos de perfis de idade, vários estudos já tinham destacado que nas últimas décadas, as crianças e jovens foram o grupo etário mais exposto ao risco de pobreza, ocupando o lugar dos idosos, a crise

económica e financeira acentuou esta tendência. A expansão e a maior eficácia dos sistemas de proteção social resultaram na crescente diminuição das taxas de pobreza dos idosos. Blank (1991) refere que os idosos são um grande sucesso das políticas públicas, o aumento dos benefícios sociais com os idosos resultou em baixas taxas de pobreza. Por outro lado, nos primeiros anos de crise, os rendimentos dos idosos não foram tão afetados quando comparados com os rendimentos dos restantes grupos etários, pois dependem, sobretudo das transferências públicas do que das alterações do mercado de trabalho. Contudo, nos anos mais recentes, os pensionistas foram também afetados pela consolidação fiscal e a redução da despesa pública.

De seguida, será feita uma análise da pobreza e exclusão social das crianças e jovens na UE e em Portugal, nos últimos anos, com base nos dados provenientes do EU-SILC. Para esta análise, consideram-se crianças e jovens os indivíduos com menos de 18 anos de idade.

Segundo os últimos dados disponíveis do Eurostat, cerca de 26 milhões de crianças e dos jovens europeus encontravam-se em risco de pobreza ou exclusão social, em 2013. No entanto, o risco de pobreza e exclusão social variou consideravelmente entre os EM, como se pode observar no gráfico abaixo. Entre os países que registaram as menores taxas encontram-se a Finlândia (13%), Dinamarca (15,5%), Suécia (16,2%), Republica Checa (16,4%), Holanda (17%), Eslovénia (17,5%) e Alemanha (19,4%). No outro extremo, registando taxas de risco de pobreza e exclusão social para as crianças e jovens mais elevadas, encontram-se a Bulgária (51,5%), a Roménia (48,5%), e a Hungria (43%). A grande variabilidade das taxas de risco de pobreza e exclusão social apresentadas pelos diversos países da UE estão relacionadas com as melhores condições do mercado de trabalho, assim como com apoio público destinados às crianças e jovens e às suas famílias quer pela melhor eficácia das transferências sociais, quer por via dos serviços disponibilizados às crianças e às suas famílias.

Figura 2- Taxa de Risco de Pobreza e Exclusão Social das Crianças e Jovens (%), UE-28, 2013



Fonte: EUROSTAT, EU-SILC 2013 (ilc_peps01)

Nota: Os dados do rendimento utilizados para calcular a taxa de risco de pobreza e exclusão social referem-se a 2012.

O número de crianças e jovens em risco de pobreza e exclusão social, para o conjunto dos 27 países constituintes da UE, diminuiu entre 2005 e 2009. Esta tendência reverteu-se a partir de 2010 atingindo o valor máximo de 27,9 %. Em 2013 apresentou uma ligeira melhoria. A evolução desta taxa foi semelhante na maioria dos EM, com exceção da Alemanha, Grécia, Espanha, Itália, Malta, Áustria, Polónia e Portugal. Em Portugal, observou-se uma diminuição da taxa de risco de pobreza e exclusão social das crianças e jovens desde 2005 a 2007, em 2008 atingiu o valor de 29,5% voltando a decrescer até 2012, em 2013 registou o valor máximo de 31,7%.

Comparando com os restantes grupos etários, as crianças e os jovens apresentaram, em 2013, taxas de risco de pobreza e exclusão social superiores aos restantes grupos e, também superiores ao total da população. Na UE-28, o risco para o grupo etário das crianças e jovens é superior em 3,2 pontos percentuais à mesma taxa referente ao total da população. Este padrão é evidente na maioria dos EM, as exceções são a Suécia, Finlândia, Eslovénia, Croácia e Estónia onde a taxa de risco de pobreza e exclusão social das crianças e jovens é menor em comparação com o total da população e, também com os restantes grupos etários. Em geral, os EM com os níveis mais baixos de pobreza das crianças e jovens são os mesmos que apresentam níveis mais baixos de pobreza para a população em geral.

3.2.1 Risco de Pobreza Monetária

Historicamente, a taxa de risco de pobreza foi o principal indicador utilizado na UE para monitorizar a pobreza até à adoção da Estratégia 2020. Neste contexto avalia-se a pobreza das crianças e dos jovens a partir dos recursos monetários do seu agregado familiar, apesar da unidade de observação serem as crianças e os jovens, a unidade de medida utilizada é o agregado familiar pressupondo-se que os membros do agregado familiar partilham os recursos monetários de forma equitativa e beneficiam de algumas economias de escala no consumo. Assim sendo, a pobreza monetária refere-se à percentagem de pessoas que, numa dada população, vive com rendimentos abaixo de um determinado valor mínimo definido, este valor designa-se por limiar da pobreza e corresponde a 60% do rendimento mediano por adulto equivalente. O rendimento do agregado familiar é corrigido através da escala de equivalência modificada da OCDE⁴. A utilização desta escala permite ter em conta as diferenças na dimensão e composição dos agregados.

Em 2013, 22,6% das crianças e jovens da UE-28 encontrava-se em risco de pobreza, existem variações consideráveis entre os EM, sendo que as taxas mais elevadas verificaram-se na Roménia (32,1%), Grécia (28,8%), Bulgária (28,4%) e Espanha (27,5%). As taxas mais baixas observaram-se na Dinamarca (8,5%), Finlândia (9,3%), República Checa (11,3%) e Holanda (12,6%). Quando comparado com o total da população, o grupo etário das crianças e jovens apresenta um maior risco de pobreza na maioria dos EM, com exceção da Dinamarca, Alemanha, Estónia e Finlândia. Em Portugal, de 2005 a 2013, o risco de pobreza monetária aumentou para o total da população portuguesa, no entanto, este aumento foi mais expressivo para o grupo das crianças e jovens. O grupo dos idosos apresentou, ao longo destes anos, uma diminuição continuada da taxa de risco de pobreza, tendência expectável face ao crescimento médio das despesas com pensões de velhice que tem vindo a verificar-se desde o início do século. Considerando a subdivisão do grupo etário das crianças e jovens por idades, é observável que, desde 2005 até 2013, quanto mais velhas são as crianças, maior é a sua vulnerabilidade à pobreza monetária.

⁴ A escala de equivalência modificada da OCDE atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança, dentro de cada agregado familiar.

É importante realçar que a taxa de risco de pobreza tem por base a distribuição do rendimento equivalente em cada ano, sendo assim influenciada pelas alterações do rendimento mediano. O rendimento disponível das famílias estagnou ou diminuiu na maioria dos países da UE nos últimos anos, esta diminuição foi particularmente mais notável nos EM mais afetados pela crise. Assim, as alterações na taxa de risco de pobreza não refletem necessariamente mudanças nos rendimentos dos agregados familiares. Para contrariar este problema é possível calcular a taxa de risco de pobreza a partir do valor da linha de pobreza calculada num ano anterior e atualizá-la com base na variação do índice de preços do consumidor, ou seja, calcular a taxa de risco de pobreza ancorada num dado ano. A taxa de risco de pobreza ancorada no tempo para as crianças e jovens (utilizando o limiar de pobreza fixo em 2008), aumentou em 2011-2013 na UE-28. Tendo como base esse limiar de pobreza fixo em 2008, a taxa de risco de pobreza ancorada seria superior à taxa de pobreza oficial desse ano na maioria dos EM da UE-28, em 2013.

Enquanto a taxa de risco de pobreza apenas nos diz a proporção de crianças e jovens a viver em agregados familiares com rendimentos abaixo do limiar da pobreza, a taxa de intensidade de pobreza⁵ analisa quão pobres são as crianças e jovens pobres. Quando se verifica o aumento da taxa de intensidade da pobreza significa um agravamento da falta de recursos das crianças e jovens em risco de pobreza. Os resultados do Eurostat indicam um aumento da intensidade da pobreza para as crianças e jovens desde 2010 até 2013. Este padrão foi comum à generalidade dos EM, à exceção da Letónia, da Estónia, da Alemanha, Lituânia e Reino Unido. Em 2013, os países que apresentaram as maiores taxas de intensidade de pobreza foram a Grécia (32,7%), a Roménia (32,6%), a Bulgária e Espanha (30,9%), no outro extremo, encontram-se a Finlândia (15%), a Holanda (16,5%), a França e a República Checa (16,6%). Em 2013, a taxa de intensidade da pobreza foi superior no grupo etário das crianças e jovens em comparação com a mesma taxa para o total da população, na maioria dos EM da UE-28, à exceção dos seguintes países: Dinamarca, Alemanha, Irlanda, Croácia, Holanda, Áustria, Polónia, Finlândia e Reino Unido. Em Portugal, são também as crianças e jovens que apresentam uma situação pior comparativamente aos restantes grupos

⁵ Taxa de intensidade de pobreza (*relative at risk of poverty gap*)- corresponde ao quociente entre a diferença do limiar de pobreza e o rendimento mediano dos indivíduos em risco de pobreza relativamente ao limiar de pobreza, em percentagem.

etários, no período em análise. Mais uma vez, os idosos foram o grupo etário que apresentou uma evolução mais favorável relativamente à intensidade da pobreza, no entanto, em 2013, assistiu-se a um ligeiro agravamento da falta de recursos dos idosos. É importante referir que a intensidade da pobreza monetária no grupo dos idosos, é bastante suavizada devido às pensões que permitem um rendimento uniforme para aqueles que se encontram em risco de pobreza. Ao desagregar o grupo das crianças portuguesas por idades, observa-se que a partir de 2011, houve um aumento da insuficiência de recursos transversal a todos os subgrupos das crianças e jovens. (Tabela I, em anexo) No entanto, a partir de 2008, assistiu-se a um agravamento acentuado da intensidade da pobreza das crianças mais novas (menores de 6 anos), que passaram a ser, a partir desse ano, o subgrupo com maiores insuficiências de recursos, contrariando a tendência, verificada até então, em que as crianças mais velhas eram as mais vulneráveis. Pode-se então concluir que, apesar das crianças mais novas (menores de 6 anos) registarem uma menor incidência do risco de pobreza, quando se encontram nesta situação, são as que mais sofrem com a insuficiência de recursos.

3.2.2.Privação Material

Os indicadores de privação material oferecem uma visão complementar do bem-estar e das condições de vida das crianças e jovens. A complementaridade que estes indicadores oferecem aos indicadores monetários no estudo da pobreza tem vindo a ganhar importância crescente quer na literatura sobre este tema quer na própria execução das políticas públicas. A UE definiu um conjunto de 9 itens considerados representativos das necessidades económicas e de bens duráveis das famílias para aplicar o conceito e definição dos indicadores de privação. Contudo, a forma como o indicador mede a privação dos vários elementos do bem-estar dos indivíduos é criticada por alguns autores. Estes argumentam que o peso idêntico dado a cada item não é um bom identificador dos diferentes graus de privação da população.

Em 2013, 22,9% das crianças e jovens da UE-28 viviam em situação de privação material⁶ e 11,1% em privação material severa⁷. As maiores taxas de privação

⁶Taxa de Privação Material - Refere-se à proporção da população que revela incapacidade financeira para fazer face às despesas ou adquirir três ou mais dos nove itens de bens definidos a nível europeu: incapacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada; incapacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os

material e privação material severa foram observadas na Bulgária (59,9% e 46,3%, respetivamente), na Hungria (51,8% e 35,6%, respetivamente) e na Roménia (51,4% e 34,1%, respetivamente), no outro extremo, apresentando as menores taxas encontravam-se a Suécia (6,1% e 1,9% respetivamente), Finlândia (9,3% e 1,8% respetivamente) e Luxemburgo (7,6% e 2,4%, respetivamente).

Entre os grupos etários mais afetados pela privação material e privação material severa surge o grupo das crianças e dos jovens com taxas superiores à da população em geral na maioria dos EM, as exceções verificaram-se na Eslovénia. Em Portugal, entre os anos de 2005 e 2008, os idosos constituíram o grupo etário onde tanto a taxa de privação material como a taxa de privação material severa registavam os valores mais elevados. Todavia, a partir de 2009 esta posição passou a ser ocupada pelas crianças e jovens. Ao desagregar o grupo das crianças e jovens portugueses em vários escalões etários, verifica-se que a partir de 2007, as crianças mais velhas foram as mais afetadas pela privação material severa, ao contrário das mais novas, que dentro deste grupo etário, apresentaram as menores taxas de privação material severa. (Tabela II, em anexo).

Embora o nível de privação material e privação material severa tenha diminuído, entre 2012 e 2013, em metade dos EM da UE-28, originando uma redução de 0,4 % da taxa de privação material e 0,7 % da taxa de privação material severa para o agregado da população da UE-28, observou-se um agravamento significativo destas taxas na Grécia (aumento de 5,1 % da taxa de privação material e aumento de 2,4% da taxa de privação material severa) e em Portugal (aumento de 3,6 % da taxa de privação material e aumento de 4,8% da taxa de privação material severa), por outro lado, estas taxas diminuíram significativamente na Roménia (diminuição de 5,4% da taxa de privação

membros do agregado; Atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe, pelo menos de 2 em 2 dias; Sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida; Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa por dificuldades económicas; Sem disponibilidade de televisão a cores por dificuldades económicas; Sem disponibilidade de telefone fixo ou telemóvel, por dificuldades económicas; Sem disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) por dificuldades económicas.

⁷ Taxa de Privação Material Severa – Corresponde à proporção da população que revela incapacidade financeira para fazer face às despesas ou adquirir quatro ou mais dos nove itens de privação considerados.

material e diminuição de 3,8% da taxa de privação material severa) e na Croácia (diminuição de 4,4% da taxa de privação material e diminuição de 4,4% da taxa de privação material severa).

3.2.3. Baixa intensidade de Trabalho

A situação de pobreza e exclusão social das crianças e dos jovens é, em grande parte, determinada pela condição na atividade económica dos adultos que constituem o seu agregado familiar. A falta de emprego ou as poucas horas despendidas a trabalhar pelos adultos repercutem-se na qualidade de vida das crianças e dos jovens condicionando o acesso a variados tipos de bens e recursos.

Em 2013, 64,3% das crianças e jovens, da UE-28, a viver em agregados familiares com muito baixa intensidade laboral⁸, encontravam-se em risco de pobreza, esta proporção foi superior na Eslovénia e Eslováquia, ambas registando 94,4% e na Suécia (93,7%), e inferior na Dinamarca (30,2%) e no Reino Unido (38,7%). Esta proporção diminui à medida que aumenta a intensidade do trabalho do agregado familiar, esta tendência é verificável na maioria dos EM, com exceção do Reino Unido e na Roménia onde a maior percentagem de crianças e jovens em risco de pobreza encontram-se a viver em famílias com baixa intensidade de pobreza.

Portugal, mais uma vez, encontrou-se entre os países que apresentaram situações mais desfavoráveis, desde 2011, mais de 75% das crianças e jovens que viviam em agregados familiares com muito baixa intensidade de trabalho encontravam-se em situação de pobreza e exclusão social. Nos últimos anos, a situação laboral das famílias portuguesas tem vindo a agravar-se de forma significativa, a percentagem de crianças e jovens a viver em famílias onde nenhum adulto está empregado aumentou de 4,8% para 10,1% em 2013.

Desde 2010, que a proporção de crianças e jovens a viver em agregados familiares com muito baixa intensidade de trabalho na UE-28 tem vindo a diminuir observando-se uma redução agregada de cerca de 5 pontos percentuais. Esta tendência

⁸Taxa de Muito Baixa Intensidade de trabalho - Corresponde à proporção de indivíduos com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que os adultos (pessoas entre os 18 e os 59 anos, excluindo estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

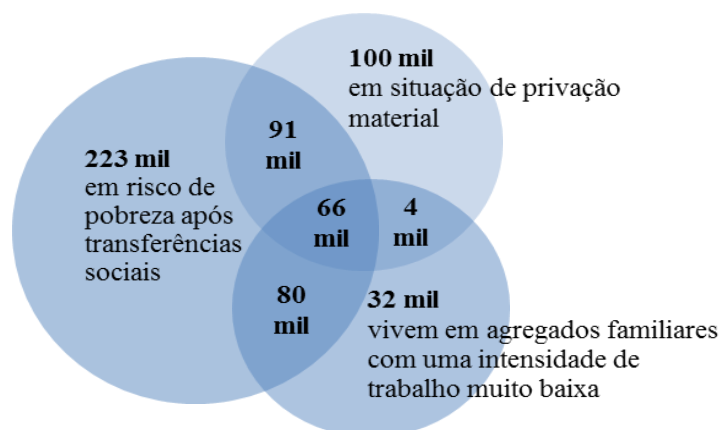
foi acompanhada pela generalidade dos EM da UE-28, as maiores reduções desta taxa, nos anos considerados, observaram-se na Dinamarca (-24,7%), na Alemanha (-17,8%) e no Reino Unido (-17,7%). Apesar desta tendência decrescente, observaram-se algumas exceções, na Grécia, o risco de pobreza das crianças e jovens a viverem em agregados com muito baixa intensidade laboral agravou-se muito acentuadamente registando um aumento, desde 2010 até 2013, de 25,3 %.

No entanto, a participação no mercado de trabalho por parte de membros da família não é condição necessária para escapar à situação de pobreza, a persistência do risco de pobreza das crianças e jovens a viver em agregados familiares com muito alta e alta intensidade de trabalho – como na Roménia, Letónia, Polónia, Portugal e Lituânia – destaca que o acesso ao mercado de trabalho não garante um nível de vida adequado às famílias com crianças dependentes, as más condições de trabalho e salários baixos podem constituir um fator explicativo.

3.2.4. Crianças e Jovens em Risco de Pobreza e Exclusão Social em Portugal

Como vimos a pobreza monetária, a privação material e a falta de acesso ao emprego constituem as principais dimensões da pobreza na UE. Em Portugal, no ano de 2013, cerca de 596 mil crianças e jovens encontravam-se em risco de pobreza e exclusão social. Ao analisar cada uma destas dimensões em separado observa-se que cerca de 23 mil crianças e jovens viviam em situação de pobreza monetária, quase 100 mil estavam em situação de privação material severa e perto de 32 mil viviam em agregados familiares em que os adultos trabalham menos do que poderiam. As crianças e jovens podem ser afetadas simultaneamente por mais do que uma dimensão da pobreza. Em Portugal, no mesmo ano, verifica-se que cerca de 365 mil eram afetadas por uma dimensão da pobreza, 175 mil por duas dimensões e quase 66 mil afetadas pelas três dimensões.

Figura 3- Número de Crianças e Jovens em Risco de Pobreza e Exclusão Social por dimensões, Portugal, 2013.



Fonte: EUROSTAT, EU-SILC 2013 (ilc_pees01)

Nota: Os dados do rendimento utilizados para calcular a taxa de risco de pobreza e exclusão social referem-se a 2012.

3.3. Caracterização das Crianças e Jovens em situação de Pobreza e Exclusão Social

3.3.1. Composição do Agregado Familiar

Identificar os contextos familiares onde se encontram as crianças e jovens pobres constitui um elemento informativo de diagnóstico importante deste problema. Esta informação é crucial no desenho das medidas de política social que visem atenuar este problema. A composição do agregado familiar é um indicador que permite aferir sobre a vulnerabilidade das crianças e jovens em situação de pobreza e exclusão social. Os diferentes tipos de agregados familiares têm diferentes perfis de risco de pobreza e exclusão social. Em 2013, na UE-28, 26,1% dos agregados familiares com crianças a cargo encontravam-se em risco de pobreza monetária e exclusão social, esta proporção é inferior em cerca de 3% para as famílias sem crianças a cargo.

Em 2013, mais de metade dos agregados familiares com crianças da UE-28, tinham 1 criança a cargo (50,8%) e, perto de quatro em cada dez famílias (37,6%) tinham 2 crianças dependentes. No mesmo ano, na maioria dos EM da UE, o tipo de agregado familiar mais comum era composto por famílias com uma criança dependente, com exceção da Suécia e Holanda onde o tipo de agregado mais comum foram famílias com 2 crianças dependentes. As famílias numerosas, caracterizadas por 3 crianças a cargo e 4 ou mais crianças a cargo, eram mais comuns em países como a Bélgica, Irlanda e Luxemburgo e menos comuns em Espanha, Portugal e Malta.

Os agregados monoparentais e as famílias com três ou mais crianças a cargo constituem a tipologia de agregados familiares onde a pobreza das crianças e dos jovens é particularmente gravosa. No entanto, as crianças incluídas em famílias monoparentais continuam a sobressair em termos de risco de pobreza e exclusão social na maioria dos países da UE-28, com exceção da Bulgária, Itália, Lituânia, Portugal e Roménia, onde este risco é superior para as crianças e jovens inseridos em famílias numerosas com 3 ou mais crianças a cargo. Em Portugal, os agregados familiares constituídos por dois adultos e três ou mais crianças dependentes registaram, nos últimos anos, as taxas de risco de pobreza mais elevadas, observando-se um aumento de 13,3% entre 2008 e 2013. Em termos de privação material e privação material severa são também as famílias monoparentais e as famílias constituídas por dois adultos com três ou mais crianças dependentes que apresentam as maiores taxas face aos restantes tipos de agregados com crianças a cargo. Estes dados merecem especial atenção, uma vez que em Portugal, apesar de ter diminuído o número de famílias numerosas está a aumentar o número de famílias monoparentais.

3.3.2. Educação dos Membros do Agregado Familiar

A reduzida escolaridade dos membros que constituem o agregado familiar em que as crianças e os jovens se inserem é outro fator que está relacionado com o risco de pobreza e exclusão social destas. Baixos níveis de educação dos membros do agregado familiar estão associados a um menor rendimento disponível desse agregado. Esta situação requer alguma intervenção ao nível da escolaridade destas crianças de forma a quebrar o ciclo intergeracional em que estas se encontram. Através da análise das estatísticas é observável que quanto maior for o nível educacional dos membros do agregado familiar, menores são as probabilidades de uma criança ou jovem se encontrar em situação de pobreza ou exclusão social, sublinhando a importância da formação escolar dos pais no combate à pobreza das crianças e jovens.

Em 2013, na UE-28, a proporção de crianças e jovens em risco de pobreza e exclusão social a viver em agregados em que o nível de escolaridade era baixo (pré-primário, primário e secundário inferior) era de 62,3%; para níveis de escolaridade médios (secundário superior e pós-secundário não superior) esta proporção diminui para 32,8 %, esta proporção era apenas de 10,6 % em agregados familiares em que os níveis educacionais são altos (ensino superior).

A percentagem de crianças e jovens em risco de pobreza e exclusão social tem vindo a aumentar para todos os níveis educacionais, desde 2010. A proporção de crianças e jovens em risco de pobreza e exclusão social, da UE-28, aumentou cerca de 3% para aquelas que vivem em agregados em que o nível educacional dos pais era baixo, 1,8% para as que viviam em agregados composto por indivíduos de médio nível educacional e 0,6% para agregados de alto nível educacional. A proporção de crianças em risco de pobreza e exclusão social em agregados em que o nível educacional é baixo variou significativamente entre os EM da UE-28, registando os valores mais baixos na Holanda (24,2%), na Finlândia (26,4%), e na Dinamarca (33,2%), e os valores mais elevados na Lituânia (84,2%), Eslováquia (83%) e na Hungria (72,7%). Em contraste, a proporção de crianças e jovens em risco de pobreza e exclusão social, inseridos em agregados cujos membros tinham um alto nível educacional variou desde 0,9% na Roménia, e 1,6% na Hungria para 13,4% na Áustria e 11,4% na Espanha.

Em Portugal, desde 2009, é visível um aumento da percentagem de crianças e jovens em situação de risco de pobreza e exclusão social transversal a todos os níveis educacionais, no entanto, como era expectável, este agravamento foi mais acentuado para as crianças que viviam em agregados familiares em que os seus membros têm baixos níveis educacionais. Ao desagregar o grupo das crianças e jovens portugueses pode observar-se que, até 2011, o subgrupo das crianças mais velhas (12-17 anos) era o que registava maiores taxas de risco de pobreza e exclusão social para qualquer nível educacional dos membros do agregado familiar, enquanto as crianças mais novas (0-6 anos) eram as menos afetadas. Desde 2011 até 2013, o nível educacional dos pais teve um elevado impacto nas condições de vida das crianças mais novas (dos 0-6 anos), sendo este impacto transversal a todos os níveis educacionais. Em 2013, este subgrupo de crianças, comparado com os restantes, registou as maiores taxas de pobreza e exclusão social para todos os níveis educacionais dos membros do agregado familiar.

3.3.3. Condições de Habitação

As condições de habitação são outro importante fator para conhecer as condições de vida das crianças e dos jovens. As famílias com crianças e jovens em situação de pobreza e exclusão social são aquelas que vivem em ambientes mais degradados. Entre 2010 e 2013, observou-se um agravamento das condições de habitação dos agregados familiares com crianças e jovens a cargo. A proporção de crianças e jovens a viver em

alojamentos sobrelotados⁹ aumentou, para o agregado da UE-28, de 38,9% em 2010 para 39,6% em 2013. Os EM que registaram as piores taxas de sobrelotação da habitação, em 2013, foram a Hungria (88,4%), Roménia (81,5%) e Bulgária (80,2%), no outro extremo, apresentando as menores taxas encontravam-se o Chipre (6,8%), Malta (7,2%), e Irlanda (7,7%). Porém, em Portugal, observou-se, entre 2005 e 2013, uma redução continuada desta taxa, aumentando ligeiramente em 2013, com exceção do grupo etário dos idosos, onde tem vindo a aumentar desde 2010. Quando se considera a população pobre portuguesa verifica-se que, apesar do aumento da proporção de idosos a viver em alojamentos sobrelotados, esta taxa foi mais elevada nos agregados familiares com crianças a cargo, e menor no grupo etário dos idosos.

Em 2013, 17,4% das crianças e jovens da UE-28, para além de viverem em alojamentos sobrelotados, encontrava-se em situação de privação severa das condições de habitação¹⁰. A Roménia registou a maior taxa de privação severa das condições de habitação das crianças e jovens com 63,9%, seguida da Bulgária (63,3%), da Hungria (59,1%), e da Letónia (42,3%). Na Eslováquia, Eslovénia, Polónia, e Itália cerca de um quarto das crianças e jovens viviam em agregados afetados pela privação severa habitacional; as proporções mais baixas observaram-se em Malta (2,2%), na Irlanda (3,5%), e Finlândia (3,7%).

Outro dado importante diz respeito à taxa de sobrecarga das despesas de habitação¹¹, em 2013, 10,4% das crianças e jovens UE-28 viviam em agregados familiares que despendiam mais de 40% do seu rendimento anual em habitação, este número triplica (32,6%) quando se considera os agregados com crianças e jovens em risco de pobreza. Em 2013, a Grécia registou a maior taxa com 92,4%, seguida da Dinamarca (71%), e Republica Checa (53%); entre os países com menores taxas encontram-se a Malta (11,4%), Finlândia (12,6%) e Chipre (13,8%). Em Portugal, esta

⁹ A taxa de sobrelotação da habitação refere-se à proporção da população que vive em alojamentos em que o número de quartos é insuficiente para o número e perfil dos membros do agregado.

¹⁰ A taxa de privação material severa das condições de habitação refere-se à percentagem da população que, para além de viver num alojamento sobrelotado, convivia com um dos seguintes problemas: falta de instalação de banho ou duche; ausência de sanita com autoclismo; teto que deixa passar água; humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas e soalho; luz natural insuficiente.

¹¹ A taxa de sobrecarga das despesas de habitação representa a proporção de população que vive em agregados familiares em que o rácio entre as despesas anuais com a habitação e o rendimento disponível é superior a 40%.

taxa aumentou desde 2010 para todos os grupos etários, sendo mais elevadas para as crianças e jovens, diminuindo progressivamente com o aumento da idade, os idosos apresentaram as menores taxas de sobrecarga das despesas de habitação. Assim, em Portugal, observava-se uma associação entre a insuficiência habitacional e o facto de se estar, ou não, em risco de pobreza e exclusão social. Em 2013, das crianças e jovens em risco de pobreza e exclusão social, 37,5% viviam em agregados familiares que gastavam mais de 40% dos seus rendimentos com a habitação, 30,2% estavam em sobrelotação habitacional e, 18,3% % viviam em privação severa das condições de habitação, comparativamente a 4,3%, 13,7% e, 5,7% respetivamente, das crianças e jovens não pobres.

3.3.4. Transferências Sociais

O bem-estar das crianças e jovens está intimamente relacionado com o nível de rendimento das suas famílias, assim as transferências sociais, concedidas pelo Estado às famílias, desempenham um papel importante na redução da pobreza. A eficácia das transferências sociais na redução dos níveis de pobreza depende principalmente do nível de despesa pública destinado ao apoio às famílias, tanto ao nível de prestações pecuniárias como ao nível dos serviços como a educação e saúde. Assim, quando se estima o risco de pobreza antes de quaisquer transferências sociais, isto é, considerando o rendimento disponível das famílias antes do pagamento de subsídios, pensões, abonos do Estado às famílias. A percentagem de crianças e jovens em vulnerabilidade económica aumentaram, na UE-28, em 2013, cerca de 14,5%. A eficácia das transferências sociais na redução da intensidade da pobreza das crianças e jovens varia muito de país para país, facto naturalmente ligado às diferentes configurações dos sistemas de segurança social dos diferentes EM. As transferências sociais têm um maior impacto (superior a 20%) na redução vulnerabilidade das crianças e jovens nos países nórdicos (Dinamarca, Finlândia e Suécia), Irlanda, Reino Unido, pelo contrário, na Grécia, Polónia, Portugal, Roménia, Itália, Letónia, Estónia, Bulgária e Malta, observando-se um impacto muito limitado, inferior a 10%.

Em Portugal, as transferências sociais têm um impacto importante na redução da taxa de risco de pobreza. Desde 2010, verificou-se uma redução significativa dos apoios económicos do Estado às famílias, o acesso a prestações sociais que dependem do rendimento das famílias (como o Abono de Família, Rendimento Social de Inserção e

Subsídios de Desemprego) ficou mais restrito, quer em termos de número de famílias beneficiárias quer dos montantes atribuídos. Através da análise dos dados é observável uma redução da eficácia das transferências sociais para todos os grupos etários, a partir de 2010.

4. Análise da Persistência da Pobreza das Crianças e Jovens em Portugal

De modo a complementar a análise estática da pobreza das crianças e jovens em Portugal, aferida no capítulo anterior, neste capítulo é feita uma análise longitudinal introduzindo um elemento de extrema importância para a compreensão da pobreza – a sua duração, ou seja, a sua persistência. No contexto da pobreza das crianças e dos jovens esta dimensão revela-se ainda mais importante, visto que esta condição tem consequências mais gravosas para aquelas que passam mais tempo abaixo do limiar da pobreza. Esta análise dinâmica é possível através dos dados longitudinais do ICOR que permitem seguir os mesmo agregados familiares e indivíduos ao longo de quatro anos consecutivos, permitindo assim apurar os diferentes percursos das crianças e jovens pobres ao longo deste período, identificando também os fatores socioeconómicos que lhes estão associados. A introdução desta dimensão temporal no estudo da pobreza tem importantes implicações para a formulação das políticas sociais permitindo identificar os subgrupos das crianças mais vulneráveis à persistência da pobreza.

4.1. Natureza dos Dados e Opções de Análise

A abordagem aqui adotada consistirá na contagem do número de anos que as crianças e jovens estiveram em situação de pobreza e privação material, durante o período de 2009 a 2012, para tal utiliza-se o indicador Risco de Pobreza Persistente pertencente ao conjunto de indicadores de pobreza e exclusão social adotados no Conselho Europeu de *Laeken*. O risco de pobreza persistente refere-se à proporção de indivíduos com rendimento equivalente abaixo do limiar da pobreza, definido como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente, no ano corrente e, em pelo menos dois dos três anos anteriores. Note-se que os indicadores de pobreza monetária são construídos com base no rendimento monetário anual líquido dos agregados familiares do ano anterior àquele em que são inquiridos, assim os valores do rendimento utilizados referem-se a 2008-2011. A análise temporal ao nível da privação material segue a mesma metodologia utilizada para a pobreza monetária, construindo-se o indicador de

risco de privação material persistente de forma análoga ao risco de pobreza persistente. Assim, consideram-se em situação de privação material persistente os indivíduos que revelaram incapacidade financeira para adquirir três ou mais itens dos nove itens relacionados com as necessidades económicas e bens duráveis das famílias, no ano corrente e, em pelo menos dois dos três anteriores. Ao contrário do que se verifica para os dados disponíveis do rendimento, os valores referente à privação correspondem aos anos de inquirição dos indivíduos.

Para a realização desta análise recorre-se aos dados provenientes da base de dados longitudinal incluída no ICOR, relativamente ao período 2009 a 2012. Como já foi referido anteriormente, o ICOR é a fonte oficial em Portugal para a obtenção de estatísticas sobre o rendimento, condições de vida e exclusão social. O dimensionamento da amostra longitudinal deste inquérito tem rotação anual de 1/4 da amostra, o que permite que um máximo de 25% os agregados domésticos e indivíduos sejam seguidos ao longo de quatro anos consecutivos.

Para proceder a esta análise foi construído um painel equilibrado de indivíduos onde apenas se consideram os indivíduos presentes em todos os anos analisados. A unidade de análise são as crianças e os jovens definidos como todos os indivíduos, presentes nas quatro vagas, com idade inferior a 18 anos, no último ano observado, ou seja, em 2012.

4.2. Persistência da Pobreza das Crianças e Jovens

De forma a obter um melhor entendimento dos níveis de pobreza em Portugal, a tabela III em anexo, apresenta os valores relativos à incidência da pobreza e à sua evolução, nos anos de 2009 a 2012, para o total da população e para o grupo etário das crianças e dos jovens. A partir destes valores é observável uma melhoria na incidência da pobreza para o total da população e um agravamento para o subgrupo das crianças e jovens, no período em análise. Considerando agora a proporção de crianças e jovens que entraram e saíram de situação de pobreza, entre 2009 e 2012, os resultados da tabela IV, em anexo, indicam que 10,6% das crianças e jovens que não eram pobres em 2009, entraram nesta situação em 2012, por outro lado, apenas, 5,9% das crianças e jovens pobres em 2009 conseguiram escapar desta situação em 2012. Em comparação com a população total, o subgrupo das crianças e jovens apresentou uma fragilidade acrescida

uma vez que apresentou um fluxo de entrada na pobreza superior e um fluxo de saída desta situação muito menor.

Ao analisar o número de anos que as crianças e jovens portugueses passaram em situação de pobreza, no período de 2009 a 2012, comparando com a população total, observa-se que, mais uma vez, estas constituem o subgrupo populacional em situação mais vulnerável. No período em estudo, apenas 69,4% do total população comum aos quatro anos do inquérito não vivenciou nenhum ano em situação de pobreza, este valor assume proporções ainda mais alarmantes para o subgrupo das crianças e jovens, apenas 63,9% não foram pobres em nenhum dos anos considerados. Ressalta-se também da análise da tabela seguinte que, durante o período de quatro anos em análise, cerca de 30% da população e 36% das crianças e jovens passaram pela pobreza, em, pelo menos um dos quatro anos considerados. No outro extremo, mantiveram-se persistentemente na pobreza, durante todo o período de quatro anos, 8,1% dos indivíduos e 12,5% das crianças e jovens. Por outras palavras, entre os indivíduos que foram pobres em pelo menos um dos anos, 27% da população total e 34% das crianças e jovens permaneceram na pobreza durante todo o período de quatro anos. Considerando a definição de pobreza persistente da UE, ou seja, os indivíduos que estiveram em situação de pobreza no ano corrente (neste caso em 2012) em pelo menos dois dos três anos anteriores, verifica-se que cerca de 11,9% da população total era constituída por pobres persistentes. Este risco aumenta quando se considera o subgrupo das crianças e jovens, 14,9% das crianças e jovens era pobre em 2012 e já haviam estado nesta situação em pelo menos 2 dos 3 anos anteriores. Ao considerar a percentagem de pobres persistentes constantes na população pobre em 2012, observa-se que cerca de 67% da população total e cerca de 61% das crianças e jovens eram persistentemente pobres. Estes dados sugerem que a maioria da população pobre portuguesa, nesse ano, é constituída por indivíduos que vivem, consecutivamente, com rendimentos inferiores ao limiar da pobreza. A existência de uma grande percentagem de indivíduos, especialmente de crianças e jovens, persistentemente pobres no total da população identificada como pobre deve conduzir a um maior foco na definição de políticas que sejam verdadeiramente capazes de reverter esta situação de vulnerabilidade social.

Tabela I-- Distribuição dos indivíduos pelo número de anos em situação de Pobreza, 2009-2012.

	Total	Crianças e Jovens
Número de anos em situação de Pobreza		
0	69,4%	63,6%
1	10,6%	13,8%
2	6,1%	5,7%
3	5,8%	4,4%
4	8,1%	12,5%
Incidência da pobreza em 2012	17,9%	24,6%
Risco de Pobreza Persistente (2009 -2012)	11,9%	14,9%
% de Pobres Persistentes na População Pobre em 2012	66,5%	60,7%

Fonte: INE, ICOR

Nota: 1) Os valores do rendimento referem-se a 2008-2011.

2) Dados obtidos pelo autor a partir dos microdados.

Analisa-se agora a probabilidade de sair de situação de risco de pobreza observando-se a trajetória dos indivíduos que foram pobres nos dois primeiros anos analisados (ou seja, em 2009 e 2010) em relação aos últimos dois (ou seja, em 2011 e 2012). Através da tabela V em anexo, observa-se que a proporção de pobres em 2009 e 2010 foi superior para o grupo etário das crianças e jovens (16,5%) em comparação com o total da população (13,6%). Dentro deste grupo de pobres (população pobre em 2009 e 2010) a probabilidade de reverter esta situação em um ou nos dois anos seguintes é inferior para as crianças e jovens comparativamente com o total da população, o que se traduz numa situação de pobreza persistente muito mais acentuada para este grupo etário. Este número assume proporções mais preocupantes quando se verifica que mais de 75% das crianças e jovens que eram pobres nos dois primeiros anos, não conseguem sair desta situação em nenhum dos anos seguintes. Com base nestes dados, pode-se confirmar que a probabilidade de permanecer em situação de pobreza cresce acentuadamente com a duração da insuficiência de rendimentos.

Pretende-se agora aferir quais as características socioeconómicas associadas a uma maior ou menor duração em situação de pobreza. A base de dados longitudinal do ICOR permite uma análise detalhada das diferentes categorias socioeconómicas das crianças e jovens portugueses. Seguidamente analisam-se as seguintes categorias: idade; género; tipologia do agregado familiar; condição perante o trabalho da mãe e do pai e, grau de urbanização (os dados de suporte a esta análise encontram-se na tabela VI em anexo).

Numa análise desagregada por idades, é visível que a situação de pobreza persistente é mais gravosa para as crianças e jovens mais velhos (14,7%) comparativamente com os de menos idade (7%), estes dados vão ao encontro do que já se tinham constatado na análise estática do capítulo anterior: as crianças e jovens mais velhos são os que se encontram em situação mais vulnerável. Apesar de se verificar uma maior incidência do risco de pobreza para as crianças e jovens dos 12-17 anos, houve uma maior proporção dos que estão entre os 6-11 anos a passarem quatro anos consecutivos nesta situação. Numa perspetiva de género, a pobreza persistente afeta maioritariamente as crianças e jovens do sexo masculino: cerca de 17% permaneceram em situação de pobreza durante todo o período analisado. Este valor para as crianças e jovens do género feminino atingiu os 13,2%.

A evolução da incidência da pobreza pelas diversas tipologias familiares em que as crianças e jovens se inserem revela, de modo geral, um aumento que toca a praticamente todas as tipologias consideradas. Porém, salienta-se o caso das famílias numerosas constituídas por um casal com 3 ou mais crianças que apresentaram, ao longo de todo o período em análise, os maiores níveis de incidência e persistência na pobreza: durante os quatro anos analisados cerca de metade das crianças e jovens oriundas de agregados familiares numerosos estiveram em risco de pobreza.

Desta análise ressalta-se também o carácter rural da pobreza das crianças e jovens, verificando-se que todos os indicadores utilizados crescem à medida que se deslocam de densidades populacionais maiores para densidades mais fracas. A maior concentração de crianças e jovens em situação de pobreza persistente em zonas pouco povoadas (23,1%), o que corresponde a cerca de 77% das crianças e jovens pobres em 2012, contrasta, de forma significativa, com os mesmos valores para as áreas densamente povoadas (7,6%).

No que respeita à relação entre a pobreza das crianças e jovens e à condição perante o trabalho dos seus pais é visível que esta condição está positivamente relacionada com a ausência de emprego por parte de um dos pais. Considerando a condição perante o emprego do pai, verifica-se, em todos os anos analisados, uma maior proporção de crianças e jovens pobres em agregados em que o pai está desempregado ou reformado. Em relação à situação laboral da mãe, esta proporção é superior para as crianças e jovens que se inserem em famílias em que a mãe é desempregada ou inativa. Ressalta-se também o facto do nível de pobreza das crianças e jovens ter aumentado,

nos anos considerados, para aquelas em que o pai ou a mãe se encontravam empregados. Constatando-se mais uma vez que a participação no mercado de trabalho por parte de membros da família não é condição necessária para que as crianças e jovens escapem de situação de pobreza.

4.3. Persistência da Privação Material das Crianças e Jovens

É consensual que ser pobre não se reduz à insuficiência de recursos monetários, a pobreza inclui também a falta de acesso aos recursos necessários para desfrutar de um nível de vida de qualidade mínima e participar ativamente na sociedade. Neste contexto, pretende-se evidenciar os movimentos longitudinais ocorridos ao nível da privação, introduzindo uma dimensão temporal que permite avaliar a sua persistência.

A evolução dos indicadores de privação material, privação material severa e privação material extrema¹², mostram que, qualquer que seja a intensidade deste indicador, esta é mais significativa para as crianças e jovens do que para a população em geral nos quatro anos considerados (Tabela VII em anexo). Ressalta-se também o facto, da incidência da privação material ser superior a incidência da pobreza monetária, em todo o período observado, evidenciando a existência de indivíduos que, embora não sejam pobres em termos monetários, revelam incapacidade de aceder a bens materiais essenciais. Observa-se também um aumento de todas as taxas de privação consideradas, entre 2009 e 2012, para ambos os grupos em análise traduzindo-se na deterioração das condições de vida da população portuguesa, especialmente no grupo das crianças e jovens, onde este aumento foi mais acentuado.

A evolução das condições de vida pode ser melhor explicitada através da análise da tabela VIII em anexo, onde constam as percentagens de indivíduos que entraram e saíram de situação de privação material, privação material severa e privação material extrema, no ano de 2009 em relação a 2012. A evolução destes indicadores evidencia que, neste período, os fluxos de entrada foram sempre superiores aos fluxos de saída traduzindo-se numa diminuição das condições de vida da população em geral e das crianças e jovens.

¹² Privação Material Extrema – Corresponde à proporção da população que revela incapacidade financeira para fazer face às despesas ou adquirir cinco ou mais itens de privação definidos ao nível europeu.

Considerando agora o número de anos passados em situação de privação material, verifica-se que cerca de 40% da população total e cerca de 45% das crianças e jovens estiveram em situação de privação material, em pelo menos um dos anos considerados, sendo que dentro desta percentagem mais de metade da população total e das crianças e jovens estiveram em situação de privação material durante os quatro anos observados. Utilizando a definição de risco de privação material persistente, os resultados constantes tabela IX em anexo, indicam que 14,1% da população total e 20,4% das crianças e jovens estavam em situação de privação em 2012, e já o haviam estado em pelo menos dois dos três anos anteriores. Esta proporção de indivíduos em risco de privação persistente corresponde a 62,3% e 73,6% do total de indivíduos e de crianças e jovens que se encontravam em privação material em 2012.

Esta análise pode ser levada um passo adiante, observando a experiência das pessoas em privação material nos dois primeiros anos do período - ou seja, aqueles para quem o risco de privação material persistiu em pelo menos dois anos consecutivos – em relação á probabilidade de saída desta situação nos últimos dois anos. A proporção da população em causa é maior para as crianças e jovens, comparativamente com o total da população, onde mais de 16 % estiveram em risco de privação material em 2009 e 2010. Dentro do grupo de indivíduos que se encontram em situação de privação material em 2009 e 2010, a probabilidade de reverter esta situação em um ou nos dois anos seguintes é inferior para as crianças e jovens comparativamente com o total da população, o que se traduz numa situação de privação material persistente muito mais acentuada para este último grupo etário. Este número assume proporções mais preocupantes quando se verifica que cerca de 70% das crianças e jovens que estavam em situação de privação material nos dois primeiros anos, não conseguiram escapar desta situação em nenhum dos anos seguintes.

Tabela II-Proporção de indivíduos em situação privação material em 2009 e 2010 em relação á sua situação em 2011 e 2012.

	Total	Crianças e Jovens
% Indivíduos em privação material em 2009 e 2010	14,1%	16,1%
% dos quais:		
Não Privados em 2011 e 2012	19,1%	10,6%
Não Privados em 2011 e Privados em 2012	12,8%	12,4%

Privados em 2011 e Não Privados em 2012	9,9%	8,7%
Privados em 2011 e 2012	58,2%	68,3%

Fonte: INE, ICOR

Nota: Dados obtidos pelo autor a partir dos microdados.

Ao proceder à análise das características das crianças e jovens em situação de privação material (tabela X em anexo), no período analisado, ressalta-se novamente a situação mais favorecida das crianças e jovens mais novos comparativamente aos mais velhos. Destacam-se as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 11 anos, onde a persistência da privação material se fez sentir com mais intensidade: 12,8% estavam em situação de privação em 2012, e já tinham estado nesta situação em dois dos três anos anteriores. Contrariamente ao que acontecia no contexto da pobreza monetária, foram as crianças e jovens do género feminino apresentaram uma maior vulnerabilidade em termos de privação material, cerca de 12% estiveram em situação de privação material em todos os anos analisados, comparativamente às do género masculino.

Considerando a análise das condições de vida das crianças e jovens por tipo de agregado familiar, verifica-se que, a par das maiores taxas de incidência da pobreza monetária, as famílias numerosas (compostas por um casal com três ou mais crianças a cargo) registaram as maiores taxas de incidência de privação material, ao longo do período de quatro anos analisados. A convergência destes indicadores sublinha a deterioração das condições de vida destes agregados, durante este período. Destaca-se também o agravamento do nível de privação material transversal a todas as tipologias familiares consideradas, nos anos em análise.

A vulnerabilidade à privação material é superior nas áreas densamente povoadas, apesar de se ter vindo a verificar uma melhoria deste indicador, desde 2009 a 2012. A maior concentração de crianças e jovens em situação de privação material persistente em zonas densamente povoadas (29,5%) comparativamente com as restantes zonas (23% para as áreas intermédias e, 6,7% nas zonas pouco povoadas) contrasta, de forma significativa, com a realidade anteriormente descrita relativamente às crianças e jovens no contexto da pobreza monetária. Neste caso, recordamos que existia uma maior proporção de crianças e jovens em situação de pobreza persistente nas zonas pouco povoadas.

No que respeita á relação entre a privação das crianças e jovens e à condição perante o trabalho dos seus pais é visível que esta condição está positivamente relacionada com a ausência do mercado de trabalho por parte de um dos pais, verificando-se, em todos os anos analisados, uma maior proporção de crianças e jovens pobres em agregados em que o pai e a mãe estão desempregados ou estão inativos. Estes resultados vão ao encontro do que se tinha analisado em relação à pobreza monetária, de facto a não participação no mercado trabalho por parte de um dos membros do agregado familiar é um fator que conduz a um agravamento das condições de vida das crianças e jovens.

A análise conjugada dos indicadores de pobreza monetária e de privação material apontam para um aumento da pobreza e da exclusão social das crianças e jovens, durante este período, quer a análise se baseie nos recursos monetários ou na capacidade de aceder a bens materiais.

5. Conclusões: Que ilações para a Política Social?

Esta dissertação procurou analisar e compreender a problemática do fenómeno da pobreza das crianças e jovens em Portugal, nos últimos anos, seguindo uma concepção multidimensional do fenómeno da pobreza. A investigação utilizada adotou duas metodologias. Em primeiro lugar, o recurso à análise estática demonstrou que, quer no contexto europeu quer em relação aos outros grupos etários da população portuguesa as crianças e jovens apresentaram as maiores taxas de risco de pobreza e exclusão social. Em 2013, 31,7% das crianças e jovens portugueses encontravam-se em risco de pobreza e exclusão social, o que corresponde a 596 mil crianças e jovens. Ao analisar separadamente as três dimensões deste indicador observou-se que o risco de pobreza monetária aumentou, entre 2005 e 2013, para todos os grupos etários em Portugal, no entanto foi mais expressivo para o subgrupo das crianças e jovens. Em relação à privação material, a partir de 2009, as crianças e jovens foram o grupo onde tanto a taxa de privação material como a taxa de privação material atingiram os valores mais elevados. Desde 2011, mais de 75% das crianças e jovens em risco de pobreza pertenciam a agregados familiares com muito baixa intensidade laboral.

Ao analisar o risco de pobreza e exclusão social, em Portugal, por características dos agregados familiares em que as crianças e jovens se inserem, observou-se que as

mais vulneráveis a esta situação foram: as crianças e jovens mais velhas (dos 12 aos 17 anos); as que inserem em agregados familiares numerosos, constituídos por dois adultos com três ou mais crianças dependentes; as que vivem em famílias em que o nível educacional dos seus membros são baixos, apesar de ser ter verificado um agravamento do risco de pobreza e exclusão social para todos os níveis educacionais, a partir de 2009; e, as que vivem em piores condições habitacionais.

O recurso à análise longitudinal da pobreza das crianças e dos jovens permitiu adicional a componente temporal ao estudo desta problemática. Esta análise baseou-se no número de anos que as crianças se encontraram em situação de pobreza monetária e privação material, no período 2009 a 2012, utilizando o indicador risco de pobreza persistente definido pela UE e, definindo-se, de forma análoga, a este indicador o risco de privação material persistente. Esta análise permitiu concluir que as situações de pobreza monetária e privação material são mais persistentes para as crianças e jovens quando comparado com a população total. De reçar o peso mais acentuado da pobreza e privação material nas crianças mais velhas, nas que vivem em agregados familiares numerosos e as que vivem em famílias em que os pais não se encontram inseridos no mercado de trabalho. Importa destacar que a persistência da pobreza monetária e a persistência em situação de privação material diferem quando se considera algumas características das crianças e jovens, nomeadamente as referentes ao género e ao grau de urbanização. As crianças e jovens do género masculino e as que vivem em áreas fracamente povoadas apresentam uma maior persistência em termos de pobreza monetária. Pelo contrário, a persistência em situação de privação material é mais gravosa para as crianças e jovens do sexo feminino e para as que vivem em áreas densamente povoadas.

O período para o qual foi feita esta análise, foi marcado por uma profunda crise económica, financeira e social que afetou a toda a Europa, e teve consequências profundas em Portugal. Com base nas análises efetuadas não restam dúvidas que as crianças e os jovens foram (e continuam a ser) o segmento da população mais exposto aos efeitos da crise económica e ao clima de austeridade sentido neste período. O acentuado aumento do desemprego, os cortes salariais e nas pensões, o aumento da carga fiscal e o retrocesso das transferências sociais (como a diminuição dos montantes e restrições nas condições de acesso ao RSI e abono de família) agravaram de forma muito significativa as condições de vida das crianças e jovens e das suas famílias não só

daquelas que já se encontravam numa situação vulnerável mas também daquelas que até aí se encontravam imunes a este problema.

A pobreza afeta várias dimensões da vida das crianças e dos jovens, sendo assim necessárias políticas sociais transversais a vários sectores que se destinem a combater os mecanismos que tornam as crianças e jovens expostos a este problema. Uma vez que a pobreza das crianças e dos jovens está em grande medida associada á condição de pobreza das suas famílias, quaisquer intervenções que se destinem a aliviar a pobreza das crianças e jovens terão de passar necessariamente pela melhoria das condições de vida dos seus agregados familiares. Estas deverão procurar conjugar medidas de apoio diretas ao rendimento das famílias, a criação de emprego e melhoria das condições de trabalho assim como o aumento do investimento em serviços como a educação e saúde. Aliadas a estas políticas são também indispensáveis medidas específicas para este grupo etário, em domínios como a educação, saúde, habitação e participação social promovendo a igualdade de oportunidades de todas as crianças e jovens para que estas possam desenvolver plenamente as suas potencialidades.

Em 2013, a Comissão Europeia emitiu a Recomendação *"Investing in Children – Breaking the cycle of disadvantage"*, como parte do Pacote de Investimento Social, onde propôs uma estratégia social de longo prazo para apoiar as crianças e para ajudar a mitigar os efeitos da crise económica. No entanto, os esforços em matéria de proteção social verificados nos últimos anos, em Portugal, têm-se traduzido apenas em medidas avulsas que visam aliviar os problemas mais imediatos da pobreza. Sublinha-se assim a importância de se encarar o combate à pobreza das crianças e dos jovens como uma prioridade para os decisores políticos e para a sociedade civil, implementando-se uma estratégia de combate à pobreza e exclusão social, com orientações claras para a resolução deste problema.

Referências Bibliográficas

- Bastos, A. (1999). *Pobreza Infantil-Ensaio de conceptualização e medição com aplicação a uma zona urbana em Portugal*. Dissertação de doutoramento, Lisboa, ISEG.
- Bastos, A.; Machado, C.; Passos, J. (2011). *Números com Esperança: Abordagem estatística da pobreza infantil em Portugal: Da análise às propostas de actuação*, Coimbra: Almedina.
- Bastos, A.; Nunes, F. (2009). *Child Poverty in Portugal - Dimensions and Dynamics*. SAGE Publications, 16(1), 67–87.
- Begum, S. (2012). *About Child Poverty -A Bangladesh ' s Perspective*. University of Gothenburg, Department of Social Work. Göteborg.
- Bianchi, S. M. (1999). *Feminization and juvenilization of poverty: Trends, relative risks, causes, and consequences*. Annual Review of Sociology, 307-333.
- Blank, R. (1991). *Why were poverty rates so high in the 1980's?*. NBER working paper. 3878
- Bradbury, B.; Jenkins, S.; Micklewright, J. (2000). *Child poverty dynamics in seven nations*. ISER Working Paper Series, 39.
- Bradshaw, J., Hoelscher, P., & Richardson, D. (2007). *An index of child well-being in the European Union*. Social Indicators Research, 80(1), 133-177.
- Brooks-Gunn, J; Duncan, G. (1997). *The effects of poverty on children*. The future of children, 55-71.
- Chzhen, Y. (2014). *Child poverty and material deprivation in the European Union during the great recession* UNICEF Innocenti Research Centre.

Comissão Europeia (2013). *Children were the age group at the highest risk of poverty or social exclusion in 2011* - Issue number 4/2013.

Comissão Europeia. European Statistics of Income and Living Conditions. [Base de Dados]. Bruxelas: Eurostat. Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat>

Coppola, L.; Di Laurea, D. (2014). *Persistent at-risk-of-poverty in Italy (2007-2010)*. Statistic Austria. Working Paper 3/2015.

Corcoran, M.; Chaudry, A. (1997). *The dynamics of childhood poverty*. The Future of Children, 40-54.

Costa, A.; Baptista, I.; Perista, P.; Carrilho, P. (2008). *Um olhar sobre a pobreza – vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*, 1ª ed. Lisboa: Gradiva Publicações, S.A.

Duncan, G. J., & Magnuson, K. (2011). *The Long Reach of Early childhood poverty*. Pathways Winter, 22–27.

EAPN Portugal (2015). *Erradicar a Pobreza: Compromisso para uma Estratégia Nacional*, Rediteia nº48, Porto: EAPN Portugal.

Ellwood, D.; Bane, M. (1983). *Slipping Into And Out Of Poverty: The Dynamics of Speels*. The National Bureau of Economic Research.

Expert Advisory Group on Solutions to Child Poverty. (2012). *Working Paper no . 4 : Child Poverty – International Approaches and Comparisons*. 4, 1-17.

Hill, M.; Jenkins, S. (2001). *Poverty among British children: chronic or transitory?* In: Bradbury, B.; Jenkins, S.; Micklewright, J. *Falling In, Climbing Out: The dynamics of child poverty in industrialized countries*, pp.174-195.

- Hirsch, D. (2006). *The cost of not ending child poverty How we can think about it , how it might be measured, and some evidence*. Joseph Rowntree Foundation.
- Iacovou, M.; Kaminska, O.; Levy, H. (2012). *Using EU-SILC data for cross-national analysis: strengths, problems and recommendations* ISER Working paper series. n° 2012-03.
- Instituto Nacional de Estatística (2012). *Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2009-2012* [Base de Dados], Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2013). *Documento metodológico do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento*, Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2015). *Rendimento e Condições de Vida*. Lisboa: INE.
- Jenkins, S.; Schluter, C.; Wagner, G. (2000). *The Dynamics of Child Poverty: Britain and Germany Compared*. DIW-Diskussionspapiere, n° 233.
- Jenkins, S.; Van Kerm, P. (2011). *Patterns of persistent poverty: Evidence from EU-SILC*. ISER Working Paper Series, n° 2011-30
- Maître,B.; Nolan, B; Whelan, C. (2013). A critical evaluation of EU 2020 Poverty and Social Target: An analysis of EU-SILC 2009, AIAS, GINI Discussion Paper 79.
- Mayer, S. (2010). *Revisiting an old question: How much does parental income affect child outcomes*. Focus, 27(2), 21-26.
- Minujin, A.; Delamonica, E.; Davidziuk, A.; Gonzalez, E (2006). *The definition of child poverty: a discussion of concepts and measurements*. International Institute for Environment and Development, 18(2), 481–500.
- Moore, K.; Burkhauser, M.; Mbwana, K.; Collins, A. (2009). *Children in poverty: Trends, Consequences, and Policy Options*. Child Trends: Research Brief, 1–12.

- Nolan, B., Layte, R., Whelan, C. T., & Maître, B. (2006). *Day In , Day Out Understanding The Dynamics of Child Poverty*. Institute of Public Administration. Dublin.
- Nunes, F. (2004). *Dinâmica de Pobreza e Eficácia do Sistema de Solidariedade e Segurança Social uma Aplicação a Portugal*. Dissertação de Doutoramento, Lisboa: ISEG.
- OECD (2015), *In It Together: Why Less Inequality Benefits All*, OECD Publishing, Paris.
- Ozdemir, E. , Ward, T. (2010). *The Persistent risk of Poverty*. European Commission. Research note 7/2010.
- Preston, S. (1984). *Children and the elderly: Divergent paths for America's dependents*. Demography, 21(4), 435-457.
- Rodrigues, C.; Fernandes, R.; Junqueira, V. (2008). *O papel das políticas sociais sujeitas a condições de recursos no combate à pobreza das crianças e dos idosos em Portugal*. Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Rodrigues, C.; Andrade, I.(2010). *Monetary Poverty, Material Deprivation and Consistent Poverty in Portugal*. Notas Económicas, 35, 20-39.
- Rodrigues, C. (2010). *Eurostat social indicators for the European Community*. 2045-2050.
- Rodrigues, C.; Figueiras, R.; Junqueira, V. (2012). *Desigualdade Económica em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Lisboa
- Roelen, K.; Gassmann, F. (2008). *Measuring child poverty and well-being: A literature review*. Maastricht Graduate School of Governance

Vilaplana, P. (2013). *Children were the age group at the highest risk of poverty or social exclusion in 2011*. Eurostat statistics in focus.1-8.

Wagmiller Jr., R.; Adelman, R. (2009). *Childhood and Inter-generational - The Long - Term Consequences of Growing Up Poor*. Nacional Center for Children in Poverty.

Anexos

Tabela I - Taxa de Risco de Pobreza Monetária das Crianças e Jovens (%), em Portugal, 2005-2013

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total População	19,4	18,5	18,1	18,5	17,9	17,9	18,0	17,9	18,7
Crianças	23,7	20,8	20,9	22,8	22,9	22,4	22,4	21,8	24,4
> 6 anos	20,4	16,2	16,5	16,3	17,0	15,0	18,7	18,4	22,3
6-11 anos	24,9	20,4	21,9	23,0	22,4	20,6	20,4	20,3	24,3
12-17 anos	25,8	25,4	23,6	27,6	28,6	30,5	27,5	26,3	26,5

FONTE: EUROSTAT, EU-SILC 2013

Nota: Os dados do rendimento utilizados para calcular a taxa de risco de pobreza referem-se a 2012

Tabela II - Taxa de Privação Material e Privação Material Severa das Crianças e Jovens (%), em Portugal, 2005-2014.

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Privação Material										
Total da População	21,2	19,9	22,4	23	21,5	22,5	20,9	21,8	25,5	:
Crianças	23,1	20,2	23,9	24,8	25,5	27,5	25,2	24,2	29,3	:
Privação Material Severa										
Total da População	9,3	9,1	9,6	9,7	9,1	9,0	8,3	8,6	10,9	10,6
Crianças	9,9	9,6	11,8	11,8	10,5	10,8	11,3	10,3	13,9	12,9
>6 anos	11,3	10,2	10,9	8,0	9,2	8,7	11,1	9,9	12,6	11,4
6-11 anos	11,2	9,9	13,1	12,0	11,2	11,4	9,9	9,9	13,1	12,6
12-17 anos	7,4	8,8	11,1	14,7	11,0	12,0	12,9	10,9	15,8	14,4

Fonte: EUROSTAT, EU-SILC 2013

Nota: : = dados não disponíveis.

Tabela III- Incidência longitudinal da Pobreza, 2009-2012

Taxa de risco de Pobreza				
	2009	2010	2011	2012
Total da População	19,1%	18,2%	16,8%	17,9%
Crianças	19,9%	20,4%	20,9%	24,6%

Fonte: INE, ICOR

Nota: 1) Os valores do rendimento referem-se a 2008-2011.

2) Dados obtidos pelo autor a partir dos microdados.

Tabela IV- Evolução da Incidência da Pobreza, 2009-2012.

Total da População				
Incidência da Pobreza em 2012				
		Não Pobre	Pobre	Total
Incidência da Pobreza em 2009	Não Pobre	73,5%	7,4%	80,9%
	Pobre	8,5%	10,6%	19,1%
	Total	82%	18%	100%
Crianças e Jovens				
Incidência da Pobreza em 2012				
		Não Pobre	Pobre	Total
Incidência da Pobreza em 2009	Não Pobre	69,5%	10,6%	80,1%
	Pobre	5,9%	14,0%	19,9%
	Total	75,4%	24,6%	100,0%

Fonte: INE, ICOR

Nota: 1) Os valores do rendimento referem-se a 2008-2011.

2) Dados obtidos pelo autor a partir dos microdados.

Tabela V – Proporção de indivíduos em situação de pobreza em 2009 e 2010 em relação á sua situação em 2011 e 2012.

	Total	Crianças e Jovens
% Indivíduos pobres em 2009 e 2010	13,6%	16,5%
% dos quais:		
Não Pobres em 2011 e 2012	16,2%	7,9%
Não Pobres em 2011 e Pobres em 2012	8,8%	3,6%
Pobres em 2011 e Não Pobres em 2012	15,4%	12,7%
Pobres em 2011 e 2012	59,6%	75,8%

Fonte: INE, ICOR

Nota: 1) Os valores do rendimento referem-se a 2008-2011.

2) Dados obtidos pelo autor a partir dos microdados

Tabela VI - Incidência da Pobreza, Persistência da Pobreza e Número de anos em situação de Pobreza por características socio-económicas das Crianças e Jovens, 2009-2012.

	Incidência				Número de anos					Risco de Pobreza Persistente	% de Pobres Persistentes na população infantil pobre em 2012
	2009	2010	2011	2012	0	1	2	3	4		
Idade											
>6 anos	13,5%	17%	10,1%	18,5%	72,1%	11,7%	8,4%	0,00%	7,8%	7,8% *	42,2*
6 aos 11	18,4%	17,9%	20,3%	24,7%	67,2%	11,3%	4,9%	1,4%	15,1%	16,1% *	65,2% *
12 aos 17	23,5%	24,1%	25,3%	26,7%	57,2%	16,8%	5,4%	8,9%	11,8%	16,4%	61,4%
Sexo											
Masculino	20,6%	20,7%	24%	25,8%	61,7%	14%	4,8%	6,1%	13,4%	16,6%	64,3%
Feminino	19,2%	20,2%	17,9%	23,4%	65,4%	13,5%	6,6%	2,9%	11,6%	13,2%	56,4%
Tipologia do agregado familiar											
Monoparentais	10,6%	16,1%	34,6%	34,2%	55,8%	13,8%	14,3%	10,8%	5,3%	8,2% *	24% *
Casal com 1 criança	17,60%	14,10%	15,7%	16,2%	69,5%	13,1%	4,5%	4%	8,9%	10,9% *	67,3% *
Casal com 2 Crianças	10,50%	11,00%	13,7%	16,3%	74,4%	10,2%	0%	4,7%	4,6%	7,3%	44,8%
Casal com 3 ou + crianças	58,6%	44,3%	44,9%	60,5%	37,6%	0,0%	18,1%	0,0%	44,3%	44,3% *	73,2% *
Outras famílias com Crianças	21,8%	25,5%	20,5%	24,9%	60,6%	15,7%	6,1%	4,4%	13,2%	15,9% *	63,9% *
Condição Perante o trabalho											
Pai											
Trabalhar	15,5%	13,8%	14,5%	18,7%	73,5%	9,6%	4,0%	3,6%	9,4%	11,6%	62%
Desempregado	43,9%	53,2%	43,0%	55,6%	33,8%	20,2%	3,6%	5,3%	37,1%	42,4% *	76% *
Reformado ou com reforma antecipada	41,0%	41,0%	31,4%	0,0%	59,0%	0,0%	9,6%	31,4%	0,0%	#	#
Outra pessoa inativa	43,8%	8,3%	55,4%	8,3%	9,0%	82,7%	0,0%	0,0%	8,3%	#	
Mãe											
Trabalhar	9,9%	9,9%	12,4%	15,1%	74,8%	11,9%	7,0%	4,4%	2,0%	#	#
Desempregado	35,6%	37,8%	28,2%	37,4%	43,9%	22,6%	2,2%	3,4%	27,9%	#	#
Reformado ou com reforma antecipada	24,9%	24,9%	24,9%	0,0%	75,1%	0,0%	0,0%	24,9%	0,0%	#	#
Outra pessoa inativa	44,7%	48,6%	50,0%	54,3%	37,2%	11,5%	5,4%	4,9%	40,9%	44,4%	82%
Grau de Urbanização											
Área densamente povoada	15,9%	15,1%	12,8%	17,5%	65,6%	18,0%	7,8%	2,4%	6,2%	#	#
Área intermédia	16,9%	19,1%	20,8%	27,5%	66,2%	11,0%	7,4%	2,4%	13,0%	#	#
Área pouco povoada	28,8%	28,2%	31,4%	29,9%	57,8%	12,7%	0,9%	9,6%	19,0%	23,1%	77,3%

Fonte: INE, ICOR

Nota: Nota: 1) Os valores do rendimento referem-se a 2008-2011.

2) Dados obtidos pelo autor a partir dos microdados.

3) # - Número de observações muito reduzido, impossível de calcular.

Tabela VII- Incidência longitudinal da Privação, 2009-2012

Taxa Privação Material				
	2009	2010	2011	2012
Total da População	20,6%	20,4%	19%	22,5%
Crianças	22,9%	24,5%	25%	27,7%
Taxa Privação Material Severa				
	2009	2010	2011	2012
Total da População	7,8%	6,8%	8,6%	8,2%
Crianças	8,4%	6,6%	14,2%	10,6%
Taxa Privação Material Extrema				
	2009	2010	2011	2012
Total da População	2,2%	2,5%	2,5%	2,5%
Crianças	1,6%	3,6%	1,7%	2,6%

Fonte: INE, ICOR.

Nota: Dados obtidos pelo autor a partir dos microdados

Tabela VIII- Evolução dos Indicadores de Privação, 2009-2012.

Total da População				
Incidência da Privação Material em 2012				
		Não estavam em situação de Privação	Em situação de Privação	Total
	Não estavam em situação de Privação	68,8%	10,7%	79,4%
Incidência da Privação Material em 2009	Em situação de Privação	8,6%	12%	20,6%
	Total	77,4%	22,6%	100%
Incidência da Privação Material Severa em 2012				
		Não estavam em situação de Privação	Em situação de Privação	Total
	Não estavam em situação de Privação	87,2%	4,9%	92,1%
Incidência da Privação Material Severa em 2009	Em situação de Privação	4,5%	3,4%	7,9%
	Total	91,7%	8,3%	100%

		Incidência da Privação Material Extrema em 2012		
		Não estavam em situação de Privação	Em situação de Privação	Total
	Não estavam em situação de Privação	96,5%	1,4%	97,9%
Incidência da Privação Material Extrema em 2009	Em situação de Privação	1%	1,2%	2,1%
	Total	97,4%	2,6%	100%

Crianças e Jovens

		Incidência da Privação Material em 2012		
		Não estavam em situação de Privação	Em situação de Privação	Total
	Não estavam em situação de Privação	64,9%	12,2%	77,1%
Incidência da Privação Material em 2009	Em situação de Privação	7,6%	15,4%	22,9%
	Total	72,5%	27,5%	100%

Incidência da Privação Material Severa em 2012

		Não estavam em situação de Privação	Em situação de Privação	Total
	Não estavam em situação de Privação	85,8%	5,8%	91,6%
Incidência da Privação Material Severa em 2009	Em situação de Privação	3,5%	4,9%	8,4%
	Total	89,3%	10,7%	100%

		Incidência da Privação Material Extrema em 2012		
		Não estavam em situação de Privação	Em situação de Privação	Total
	Não estavam em situação de Privação	97,1%	1,3%	98,4%
Incidência da Privação Material Extrema em 2009	Em situação de Privação	0,4%	1,2%	1,6%
	Total	97,5%	2,5%	100%

Fonte: INE, ICOR

Nota: Dados obtidos pelo autor a partir dos microdados

Tabela IX- Distribuição dos indivíduos pelo número de anos em situação de Privação Material, 2009-2012.

	Total	Crianças e Jovens
Número de anos em situação de Privação Material		
0	62,5%	55,8%
1	13,4%	14,6%
2	8,7%	7,7%
3	7,2%	10,9%
4	8,2%	11%
Incidência da privação material em 2012	22,5%	27,7%
Risco de Privação Persistente (2009 -2012)	14,1%	20,4%
% de indivíduos em situação de Privação Persistente na População em situação de Privação em 2012	62,3%	73,6%

Fonte: INE, ICOR

Nota: Dados obtidos pelo autor a partir dos microdados

Tabela X – Incidência, Persistência e Número de anos em situação de Privação Material por características socio-económicas das Crianças e Jovens, 2009-2012.

	Incidência				Número de anos					Risco de Privação Persistente	% em privação persistente na população infantil em situação de privação em 2012
	2009	2010	2011	2012	0	1	2	3	4		
Idade											
>6 anos	22,9%	24,5%	22,0%	18,2%	64,7%	9,1%	5,5%	12,3%	8,4%	17,9%	98,4%
6 aos 11	21,1%	28,8%	24,6%	31,1%	54,7%	12,7%	10,4%	9,5%	12,8%	21,5%	69,1%
12 aos 17	24,6%	20,6%	26,3%	28,0%	53,3%	18,5%	6,0%	11,6%	10,3%	20,5%	73,2%
Sexo											
Masculino	21,8%	24,3%	24,6%	26,6%	58,1%	13,2%	4,8%	13,8%	10,0%	22,5%	84,6%
Feminino	24,0%	24,8%	25,3%	28,9%	53,5%	16,0%	10,4%	8,1%	11,9%	18,5%	64,0%
Tipologia do agregado familiar											
Monoparentais	31,4%	21,5%	31,2%	34,3%	41,3%	24,3%	12,9%	3,9%	17,6%	21,5%*	62,7%*
Casal com 1 criança	13,5%	18,2%	13,8%	17,3%	70,5%	10,8%	4,4%	7,2%	7,2%	14,3%	82,7%
Casal com 2 Crianças	13,6%	14,6%	16,4%	12,2%	67,6%	18,9%	4,4%	5,4%	3,8%	6,3%*	51,6%*
Casal com 3 ou + crianças	37,2%	50,7%	43,2%	65,1%	32,8%	4,9%	8,9%	35,4%	18,0%	53,4%	82,0%
Outras famílias com Crianças	30,6%	29,2%	32,1%	36,4%	48,8%	13,4%	10,5%	11,6%	15,6%	25,9%	71,2%
Condição Perante o trabalho											
Pai											
Trabalhar	17,5%	17,7%	18,2%	20,1%	66,7%	12,9%	3,1%	9,4%	7,9%	15,6%	77,6%
Desempregado	40,1%	63,9%	37,3%	61,6%	19,7%	17,7%	22,3%	21,6%	18,7%	38,4%*	62,3%*
Reformado ou com reforma antecipada	19,5%	31,8%	31,8%	41,3%	58,7%	9,6%	0,0%	12,3%	19,5%	31,8%*	77%*
Outra pessoa inativa	56,6%	65,4%	:	56,4%	0,0%	34,6%	9,0%	0,0%	56,4%	54,6%*	96,8%*
Mãe											
Trabalhar	19,2%	19,3%	19,9%	19,2%	64,1%	13,0%	6,6%	6,4%	9,8%	14,1%*	73,4%*
Desempregada	33,5%	43,2%	45,7%	49,0%	37,7%	10,2%	9,8%	19,3%	22,9%	42,2%	86,1%
Reformada ou com reforma antecipada	59,9%	24,9%	24,9%	24,9%	40,5%	34,6%	0,0%	0,0%	24,9%	24,9%*	#
Outra pessoa inativa	27,6%	28,1%	25,6%	44,3%	41,3%	22,1%	8,3%	23,2%	5,2%	28,1%	63,4%
Grau de Urbanização											
Área densamente povoada	30,3%	32,5%	30,4%	28,2%	50,2%	10,3%	8,7%	13,1%	17,7%	29,5%*	#
Área intermédia	23,9%	31,7%	26,9%	35,8%	49,3%	17,6%	9,4%	10,7%	12,9%	23,0%	64,2%
Área pouco povoada	12,4%	6,3%	15,6%	17,3%	71,0%	15,6%	4,2%	8,5%	0,7%	6,7%*	38%*

Fonte: INE, ICOR

Nota: 1) Dados obtidos pelo autor a partir dos microdados

2) # - Número de observações muito reduzido, impossível de calcular.